

Universidade de Brasília - UnB

Centro de Excelência em Turismo – CET

LUIS EDUARDO DOS SANTOS BARROS

Turismo e inclusão: a viagem de um autista

Brasília

2015

LUIS EDUARDO DOS SANTOS BARROS

TURISMO E INCLUSÃO: A VIAGEM DE UM AUTISTA

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília com parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo.

Linha de Pesquisa: Cultura e Sustentabilidade.

Orientadora:

Professora Doutora Iara Lucia Gomes Brasileiro

Brasília

2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B277t BARROS, LUIS EDUARDO DOS SANTOS
TURISMO E INCLUSÃO: A VIAGEM DE UM AUTISTA /
LUI EDUARDO DOS SANTOS BARROS; orientador IARA
LUCIA GOMES BRASILEIRO. -- Brasília, 2015.
124 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em
Turismo) -- Universidade de Brasília, 2015.

1. Turismo. 2. Autismo. 3. Inclusão. 4. Pessoas
autistas. I. BRASILEIRO, IARA LUCIA GOMES, orient.
II. Título.

LUIS EDUARDO DOS SANTOS BARROS

Turismo e inclusão: a viagem de um autista

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.
Orientadora: Profa. Dra. Iara Lucia Gomes Brasileiro.

Brasília, 5 de março de 2015.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Iara Lucia Gomes Brasileiro
Presidente

Prof.^a Dr.^a Donária Coelho Duarte

Prof.^a. Dr.^a. Ivany Câmara Neiva

Prof.^a. Dr.^a. Lana Magaly Pires
(Suplente)

DEDICATÓRIA

A minha família: Andréa, Luísa,
João Vitor, meus pais, irmãos,
cunhado e sobrinhas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, pela vida e por ter permitido que eu chegasse até aqui e concretizasse mais um sonho.

Ao meu irmão Zezinho, motivo dessa pesquisa e de muitas viagens que faremos juntos.

À minha esposa Andréa, pelo companheirismo em todos os momentos.

A todos os meus familiares e amigos pela torcida e apoio.

À Professora Doutora Iara Lucia Gomes Brasileiro, minha orientadora, pela paciência e carinho que sempre me ajudou nessa caminhada.

Aos professores membros da Banca de Qualificação e da Banca Examinadora pelas contribuições na realização desta pesquisa.

A todos os professores do curso de Mestrado em Turismo da Universidade de Brasília, pelo apoio e ensinamentos na busca de uma qualificação profissional.

Aos meus colegas de Mestrado pela convivência acadêmica.

A todos os que colaboraram direta e indiretamente pela concretude desta pesquisa.

EPÍGRAFE

*“Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário
que você veja toda a escada. Apenas de o primeiro passo.”*

Martim Luther King

RESUMO

O **objetivo geral** da presente pesquisa é de investigar se e como o Turismo pode ser uma ferramenta de inclusão para as pessoas autistas visando propor ações que possam ajudar na conquista de sua plena cidadania. Outros objetivos foram tratados no decorrer da pesquisa, como levantar a legislação sobre acessibilidade, particularmente para pessoas autistas; buscar informações sobre a oferta turística existente para pessoas autistas no Brasil; levantar informações sobre os reflexos do turismo no cotidiano das pessoas autistas. O caminho metodológico da pesquisa apresentou um corte qualitativo, apresentado por questionários distribuídos a pessoas e empresas de turismo, entre agências de viagens e operadoras de turismo. Também foi desenvolvida uma entrevista com o pesquisado, respeitando suas limitações de compreensão e desenvolvimento mental, sobre seus desejos e impressões a respeito da viagem realizada com o pesquisador.

Palavras-chave: Turismo. Autismo. Inclusão. Pessoas autistas

ABSTRACT

The overall objective of this research is to investigate whether and how tourism can be a tool for inclusion of people with autism in order to propose actions that can help in achieving their full citizenship. Other objectives were treated during the research, as the survey of legislation on accessibility, particularly for autistic people; the search for information on existing tourist facilities for autistic people in Brazil; collecting information on tourism impacts the daily lives of autistic people; and guidelines for autistic people aiming the practice of tourism. The methodological research path presented a qualitative methodology, presented by questionnaires distributed to people and tour companies, between travel agents and tour operators. Also an interview with researched was developed, respecting their limitations of understanding and mental development, about their desires and impressions about the trip made to the researcher

Key words: Tourism. Autism. Inclusion. Autistic people

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. TURISMO E INCLUSÃO	14
1.1 Turismo.....	14
1.2 Números do turismo	16
1.3 Lazer	18
1.4 Inclusão	21
2. AUTISMO E LEGISLAÇÃO	26
2.1 O que é autismo?.....	26
2.2 Síndrome de Asperger.....	28
2.3 Estudos sobre o autismo	31
2.4 Números sobre o autismo	38
2.5 Legislação	42
2.5.1 Lei 12.764, de 28/12/12 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.....	42
2.5.2 Lei nº 21.121 e Decreto Estadual nº 46.434, de 28/12/12 – Lei de Passe livre para idosos e pessoas com deficiência – viagens intermunicipais – Minas Gerais.....	44
2.5.3 Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994.....	45
2.5.4 Constituição Federal de 1988.....	46
2.5.5 Outras legislações relativa às pessoas com deficiência no Brasil.....	47
2.5.6 Documentos Internacionais relativos às pessoas com deficiência.....	49
2.5.7 Outros documentos - Defensoria Pública do Estado de São Paulo	50
3. METODOLOGIA	50
3.1 Caminho Metodológico	51
Tabela 2 – Quantitativo de pesquisados	53
Tabela 3 – Questionário para pessoa física.....	55
Tabela 4 –Questionário para pessoa Jurídica	55
4. RESULTADOS.....	58
4.1 Resultado da pesquisa sobre a avaliação do turismo na vida das pessoas com autismo.	58
4.2 Resultado da pesquisa sobre como empresários do setor avaliam sua participação no atendimento a pessoas autistas e com deficiência.	74
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICE A - Diário da viagem com uma pessoa autista	97
APÊNDICE B - Pesquisa de mestrado sobre oferta turística - Pessoa Jurídica	114
APÊNDICE C - Pesquisa de mestrado sobre oferta turística - Pessoa Física	117
APÊNDICE D - Entrevista com o pesquisado	119

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	-	Chegada de turistas e Receita Cambial – 2003 a 2010	14
Figura 2	-	Financiamento para o Turismo – 2003 a 2010	15
Figura 3	-	Chegada de Turistas e Receita Cambial – 2003 a 2010	16
Figura 4	-	Autor da pesquisa com Ricardo Shimosakai	31
Figura 5	-	Acessibilidade no mar para todos	35
Figura 6	-	Exemplo de banheiro adaptado – ABNT/NBR 9050	74
Figura 7	-	Viajante na estação de trem em Rio Acima/MG	97
Figura 8	-	Centro de Rio Acima/MG	99
Figura 9	-	“Trem das Cachoeiras”	102
Figura 10	-	Centro de Referência Ambiental e Turística	103
Figura 11	-	Participantes da viagem	104
Figura 12	-	Ônibus urbano Belo Horizonte – Rio Acima/M	105
Figura 13	-	Ponto de embarque do ônibus BH – Rio Acima/MG	105
Figura 14	-	Interior do “Trem das Cachoeiras”	107
Figura 15	-	Interior do “Trem das Cachoeiras” com participantes	108
Figura 16	-	Viajante na estação de trem em Rio Acima/MG	109
Figura 17	-	Mãe e Cunhada do pesquisa em Rio Acima/MG	110
Figura 18	-	Vista da janela do trem da vegetação de cerrado	111
Figura 19	-	Vista da janela do trem da vegetação de cerrado	111
Figura 20	-	Vista da janela do trem da vegetação de cerrado	112
Figura 21	-	Mochila do pesquisado	112
Figura 22	-	Acompanhantes da viagem dentro do trem	113
Figura 23	-	Criança passageira do trem	113

INTRODUÇÃO

O turismo é uma experiência social que envolve pessoas que se deslocam no tempo e no espaço em busca de prazer e diversão que atendam não apenas as suas necessidades físicas imediatas, mas também seu imaginário.

De acordo com o Código Mundial de Ética do Turismo da Organização Mundial do Turismo - OMT, criado por representantes do *trade* turístico em Outubro de 1999, um dos princípios do Turismo é ser um instrumento de desenvolvimento individual e coletivo.

Segundo Regules (2007), as atividades turísticas devem respeitar a igualdade entre homens e mulheres, tender a promover os direitos humanos e, especialmente, os direitos particulares dos grupos mais vulneráveis, representados por crianças, idosos, deficientes, minorias étnicas e povos autóctones.

O **objetivo geral** da presente pesquisa é de investigar se e como o Turismo pode ser uma ferramenta de inclusão para as pessoas autistas visando propor ações que possam ajudar na conquista de sua plena cidadania.

Discorrer sobre cidadania é dissertar sobre um conjunto de direitos e deveres relacionados a todos os indivíduos que fazem parte de nossa sociedade.

Como objetivos específicos estão elencados: levantar a legislação sobre acessibilidade, particularmente para pessoas autistas; buscar informações sobre a oferta turística existente para pessoas autistas no Brasil; levantar informações sobre os reflexos do turismo no cotidiano das pessoas autistas.

O principal motivo do interesse pelo tema foi o hábito de viajar do autor e sua família, incluindo seu irmão autista, o que resulta em motivação para buscar sua inclusão na sociedade.

Não se trata apenas de incentivar o ato de viajar, mas de transformar em cidadania o direito de uma pessoa com autismo em conhecer nosso país ou outros países, novos lugares e culturas, aproveitando-se dos benefícios oriundos do turismo.

A pesquisa proporciona o conhecimento da realidade das pessoas autistas que façam turismo, bem como, contribuir para o entendimento e estender o

conhecimento do assunto de forma a propiciar a inclusão das pessoas com autismo na sociedade.

A inclusão da pessoa com deficiência na sociedade orientou na elaboração de políticas e leis, na criação de programas e serviços voltados para o atendimento dessas pessoas.

Pessoa com deficiência é definida, segundo o Decreto Federal n.º 914/1993, como “aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 2009).

A pessoa com autismo é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais, conforme a Lei 12.764, de 27 de Dezembro de 2012, conhecida como Lei Berenice Piana.

Pela Constituição Federal de 1998, o Estado é responsável pela inclusão social das pessoas com deficiência e de seus familiares. Primeiramente, por constituir como objetivos fundamentais, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, bem como da redução das desigualdades sociais, promoção do bem estar de todos, sem preconceitos de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Além destes objetivos, preceitua em seu Artigo 5º, a igualdade de todos perante a lei, em que todos tenham o atendimento para a total inclusão social.

Segundo o “Estudo de Perfil de Turistas – Pessoas com Deficiência”, realizado em 2013 pelo Ministério do Turismo, as viagens têm uma grande importância na vida das pessoas com deficiência, propiciando um sentimento de superação, liberdade e autonomia.

No presente trabalho, o problema de pesquisa buscou responder qual a contribuição do turismo para a vida de uma pessoa autista, particularmente, com a Síndrome de Asperger.

O recorte de estudo referente a uma pessoa autista com a Síndrome de Asperger deve-se, em primeiro lugar, ao fato de que a pessoa com essa Síndrome poder comunicar-se com mais facilidade do que as outras formas de autismo que

serão demonstradas na pesquisa, que poderiam também ter o mesmo tipo de estudo.

Este é um estudo pioneiro e, portanto, partindo-se de algo menos complexo num mundo tão altamente complexo como o do Autismo já é por si, desafiador.

Em segundo lugar, o autor ter um irmão com essa Síndrome, o que poderá facilitar essa primeira aproximação com o assunto.

O Autismo, seus conceitos e categorizações, serão estudados em um capítulo específico.

Para responder ao problema de pesquisa proposto, foram estabelecidos sub-problemas:

- a) Existe legislação direcionada para o turismo destinada a atender o público autismo?
- b) Existe oferta turística para pessoas autistas no Brasil?
- c) Existem ações para a prática do turismo para pessoas autistas?

Neste cenário, o caminho metodológico da pesquisa apresenta um corte qualitativo, demonstrado por questionários distribuídos a profissionais do ramo de saúde e outras profissões; e empresas de turismo, entre agências de viagens e operadoras de turismo.

A pesquisa foi realizada nas cidades de Brasília, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte e Santos/SP.

Também foi desenvolvida uma entrevista com viajante José, respeitando suas limitações de compreensão e desenvolvimento mental, sobre seus desejos e impressões a respeito da viagem realizada com o pesquisador, descrita e discutida em capítulo próprio.

Foi trazida ao debate legislação específica para pessoas com deficiência, particularmente as que afetam e beneficiam as pessoas autistas relacionadas com o turismo – viagens, cultura, dentre outros.

Por fim, a dissertação está dividida em capítulos, apresentando conceitos, definições e argumentações sobre Turismo e Inclusão, Autismo e Legislação, Metodologia aplicada, Resultados e Considerações finais.

1. TURISMO E INCLUSÃO

Neste capítulo, são abordados temas sobre Turismo – conceitos e números, e Inclusão – conceitos, números, a relação desigualdade e diferença, cidadania, acessibilidade.

1.1 Turismo

A Organização Mundial de Turismo - OMT conceitua turismo como "as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros. (BRIZOLLA, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. 2001.p.3)

O turismo é movimento de pessoas, e por isto gera integração entre povos e culturas. Turismo é fenômeno econômico e social, formado por um conjunto de bens e serviços tangíveis e intangíveis, interagindo com as vontades psicossociais do viajante durante seu tempo livre. Fazer turismo é também deslocamento e permanência voluntária fora de seu local de residência (BRASIL, 2009)

Segundo Krippendorf (2012), uma política de turismo que respeite o ser humano e o meio ambiente deve ter como objetivo principal: assegurar e aperfeiçoar a satisfação das múltiplas necessidades turísticas dos indivíduos de todas as camadas sociais no âmbito das instalações adequadas e um meio ambiente intacto, levando em consideração os interesses da população autóctone.

Isso significa que a política do turismo não deve ser centrada exclusivamente nas finalidades econômicas e técnicas, mas deve, também, respeitar o meio ambiente e levar em conta as necessidades de todas as pessoas envolvidas, deficientes ou não.

Ora, se o turismo é uma experiência social, deve envolver todas as pessoas – com suas limitações, necessidades e dificuldades.

O ser humano não nasceu turista, mas, com certeza, dotado de uma curiosidade e de um sentimento um tanto nostálgico quanto aos países longínquos que gostaria de conhecer.

A dinâmica de tais atributos determinou as refinadas viagens da aristocracia até o final do século XX. Mas o que impulsiona milhares de pessoas hoje em dia para longe de suas casas não é mais a necessidade inata de viajar. Ao observar como viajam as pessoas, quais são suas principais ocupações nas férias e os assuntos conversados, nota-se que viajar deixou de ser, na maioria das vezes, o desejo de fazer descobertas e de realmente aprender alguma coisa. O turismo funciona como terapia da sociedade, como uma válvula que mantém o funcionamento do mundo de todos os dias (KRIPPENDORF, 2012)

Realmente, para todas as pessoas (sejam elas deficientes ou não), viajar recarrega nossas “baterias” para reconstituirmos nossas forças físicas e mentais.

Para encontrarmos uma compensação para tudo o que nos falta no cotidiano, viajamos, desejamos liberar-nos da dependência social, desligar-nos e refazer nossas energias, desfrutar da independência e da livre disposição do próprio ser, descansar, viver a liberdade e procurar um pouco de felicidade.

Para Krippendorf (2012), as pessoas que viajam não procuram a satisfação a partir de produtos, de sua seleção, aquisição e uso. Para tanto, a satisfação nasce da expectativa, da procura do prazer, que se situa na imaginação.

O turismo envolve necessariamente o devaneio e a expectativa de novas e diferentes experiências, que divergem daquelas normalmente encontradas na vida cotidiana (URRY, 1990).

1.2 Números do turismo

Segundo o Ministério do Turismo (2013), o turismo mundial evoluiu substancialmente nos anos avaliados (2003 a 2010). Segundo o documento, 940 milhões de pessoas registraram chegadas por todo o mundo, totalizando uma receita cambial de mais de 919 bilhões de dólares, gerando empregos e renda por todo o mundo, conforme o gráfico a seguir:

FIGURA 1 – Chegada de Turistas e Receita Cambial no mundo – 2003 a 2010

Chegada de turistas e receita cambial turística no mundo – 2003-2010

Ano	Turistas (milhões de chegadas)	Receita cambial (bilhões de US\$)
2003	696,6	525,1
2004	765,5	632,7
2005	801,6	678,7
2006	846,0	744,0
2007	900,5	857,4
2008	919,0	941,7
2009	880,5	852,4
2010	940,0	919,0

Fonte: Organização Mundial do Turismo – OMT.

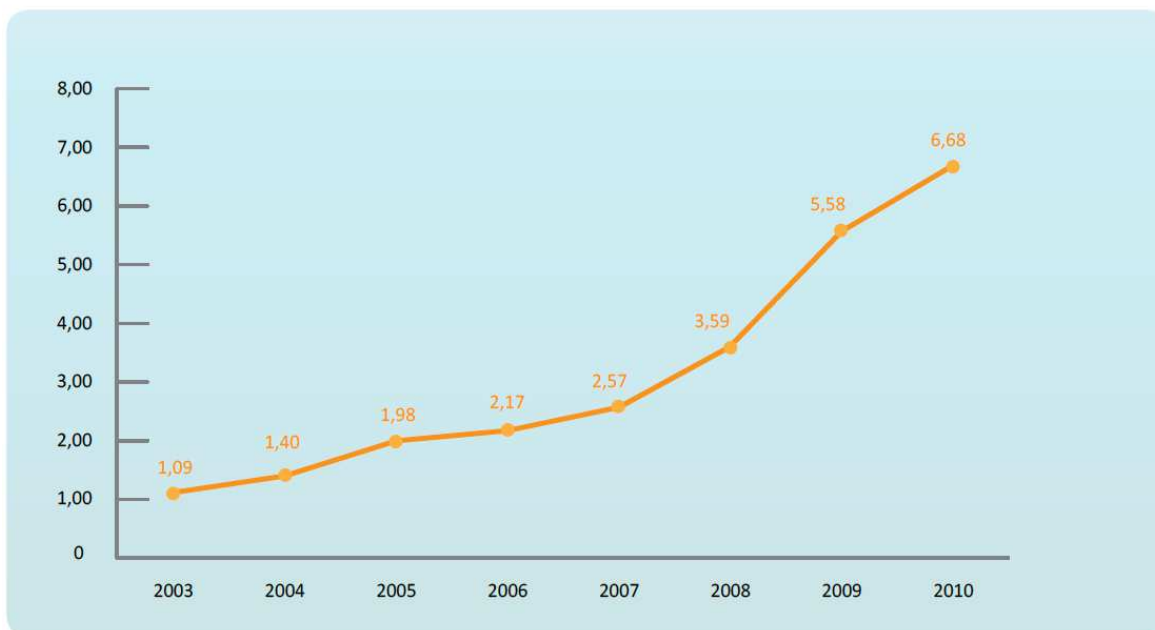
O resultado dessa evolução está explícito em um estudo do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), de 2013, sobre o impacto do turismo no mundo. De acordo com o levantamento, o setor de viagens e turismo contribuiu com 9,5% para a economia global. Os números do Brasil mostram que o setor apresentou uma contribuição total – que inclui as atividades diretas, indiretas e induzidas do turismo – de 9,2% do PIB, o equivalente a US\$ 205,6 bilhões gerados.

Segundo o Ministério do Turismo (2013), o turismo brasileiro evoluiu substancialmente nos últimos anos. O setor recebeu financiamento de R\$ 6,68

bilhões de instituições federais, o que contribuiu para desenvolver os principais segmentos do setor. Em 2013, o financiamento para o setor foi de R\$ 13 bilhões.

FIGURA 2 – Financiamento para o Turismo – 2003 a 2010

Financiamento para o turismo, realizado por instituições financeiras federais (bilhões de R\$) – 2003-2010



Fonte: Ministério do Turismo.

Conforme informações do Ministério do Turismo (2013), a chegada de turistas no Brasil cresceu 25% e receita cambial turística cresceu 138%, ambos no período de 2003 a 2010, conforme demonstra o gráfico a seguir:

FIGURA 3 – Chegada de Turistas e Receita Cambial no Brasil – 2003 a 2010

Chegadas de turistas e receita cambial turística no Brasil, segundo os anos – 2003-2010

Ano	Chegadas de turistas (mil)	Receita cambial turística (milhões de US\$)
2003	4.133	2.479
2004	4.794	3.222
2005	5.358	3.861
2006	5.017	4.316
2007	5.026	4.953
2008	5.050	5.785
2009	4.802	5.305
2010	5.161	5.919

Fonte: Departamento de Polícia Federal, Ministério do Turismo e Banco Central do Brasil.

1.3 Lazer

Nos estudos sobre o lazer difundidos no Ocidente é possível verificar que as raízes dessa abordagem, geralmente, são localizadas na antiga Grécia clássica ou na modernidade europeia. Essas duas interpretações distintas são divergentes em termos da ocorrência histórica do lazer e geram intensos debates acadêmicos: para alguns, a existência do lazer é observada desde as sociedades gregas e, para outros, o lazer é um fenômeno específico das sociedades modernas, urbanas e industrializadas (GOMES e ELIZALDE, 2012. p. 71)

Seguindo a linha de pensamento de Gomes e Elizalde (2012), independente do contexto histórico e das características consideradas, o desenvolvimento teórico sobre o tema, desde o final do século XIX, possibilitou a sistematização de conhecimentos sobre o lazer, uma palavra que hoje, corresponde aos termos *leisure* em inglês, *loisir* em francês e *ocio* em espanhol.

O lazer foi associado, a princípio, ao termo grego *skholé* ao vocábulo romano *otium*. Ao se resgatar o significado de *skholé*, palavra que representava uma possibilidade de abstenção das atividades ligadas à mera subsistência. Implicava, segundo Gomes e Elizalde (2012), necessariamente, as condições de paz, reflexão, prosperidade e liberdade em face das tarefas servis e das

necessidades da vida produtiva. Como dependia de certas condições educacionais, políticas e socioeconômicas, *skholé* constituía um privilégio reservado a uma pequena parcela de homens livres. Para Aristóteles, as pessoas tinham que aprender a desejar o repouso filosófico, pois é por meio dele que se tornaria possível alcançar virtudes. Dessa forma, em seu sentido grego, *skholé* era vinculada à possibilidade de descanso e repouso, condição propiciada pelo distintivo característico dos privilegiados: a abstenção da necessidade de exercer o trabalho útil ou produtivo e possibilidade de dedicação à contemplação, à meditação e à reflexão filosófica.

Ainda na linha de pensamento de Gomes e Elizalde (2012), o *otium* romano era estratificado socialmente: estava associado, no caso das elites intelectuais, com a meditação e a contemplação. Era o *otium* com dignidade. Porém, no que concerne às pessoas comuns, *otium* significava descanso e divertimento proporcionados pelos grandes espetáculos, fazendo referência à tradicional expressão “pão e circo”.

A conexão que os romanos fizeram entre *otium* e o *negotium*, palavra latina que originou o termo negócio, foi entendida como ocupação e atividade.

Nessa perspectiva, desde o século XIX, o lazer está muito vinculado às categorias trabalho e tempo livre – concebidos a partir de uma perspectiva sociológica. Por essa razão, a sociologia é uma área importante (mas não a única) que fundamenta as teorias e as análises desenvolvidas sobre a temática, principalmente por autores da Europa e dos Estados Unidos. Para muitos estudiosos, entre os quais se destaca Dumazedier (2000), o lazer surgiu na modernidade europeia do século XIX como fruto da revolução industrial ocorrida, naquele tempo, nos principais centros urbanos da Europa, sobretudo na Inglaterra. Para o autor, o lazer se contrapõe ao trabalho e corresponde a uma liberação periódica do trabalho no fim do dia, da semana, do ano e da vida, quando a aposentadoria é alcançada.

Dumazedier define lazer como “um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se e para entreter-se ou ainda, para desenvolver sua informação ou formações desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora

após livrar-se ou desembarcar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais”. (DUMAZEDIER, 2000 apud SUASSUNA e AZEVEDO, 2007, p.25)

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, estabelece o lazer como direito social que deve ser assegurado a todos de maneira igualitária, sem qualquer distinção.

Segundo Suassuna e Azevedo (2007), o lazer, a partir da Constituição de 1988, passou a ser considerado direito social, e conseqüentemente questão de Estado. Entretanto, a defesa do lazer no âmbito da inserção e organização das políticas federais não é muitas vezes aceita. A criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer é uma maneira de assegurar o direito de acesso tanto ao esporte, quanto ao lazer, e não permitir que sejam considerados dispensáveis.

Em 2008, o governo federal ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas, bem como seu Protocolo Facultativo. O documento obteve, assim, equivalência de emenda constitucional, valorizando a atuação conjunta entre sociedade civil e governo, em um esforço democrático.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) normatiza que haja igualdade de oportunidades, de atividades recreativas, esportivas e de lazer, sendo que os Estados partes tomarão medidas apropriadas para:

- a) [...]
- b) [...]
- c) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso a locais de eventos esportivos, recreativos e **turísticos (grifo nosso)**;
- d) [...]
- e) Assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso aos serviços prestados por pessoas ou entidades envolvidos na organização de atividades recreativas,

turísticas (grifo nosso), esportivas e de lazer (BRASIL, 2012).

Diante do exposto, pode-se afirmar que de acordo com as diversas normas nacionais e internacionais sobre o assunto, o direito ao lazer deve ser assegurado a todos de maneira igualitária, sem qualquer distinção.

Entretanto, vale lembrar que grande parte deste direito não é exercido plenamente, em especial, pelos cidadãos brasileiros, cidadãos com deficiência e por cidadãos com autismo.

Não basta que tenhamos normas, mas faz-se necessário o entendimento de que o direito ao lazer deve ser assegurado a todas as pessoas, com ou sem deficiência e, em especial, para as pessoas autistas, objeto dessa dissertação.

Somos todos humanos, somos todos iguais em dignidade e direitos, verdade que precisa ser constantemente reafirmada e garantida nas relações entre pessoas e povos, organizações e nações do mundo.

Desigualdade, diferença, diversidade, inclusão, acessibilidade são assuntos que serão abordados no próximo tópico.

1.4 Inclusão

Inclusão é a ação ou efeito de incluir. Incluir significa compreender, agregar e unir. Modismo ou não, a inclusão é parte do cotidiano social e escolar atual (SILVA e CONRADO, 2013).

Não há de se pensar a inclusão relacionando-a a síndromes, distúrbios, limitações físicas. É claro que essa sequência também faz parte da rotina inclusiva na sociedade e na escola, entretanto é preciso estar aberto para olhar cada ser humano, cada pessoa como um ser incluso, já que, felizmente, somos diferentes e possuímos habilidades e limitações em todas as áreas de nossas vidas (SILVA e CONRADO, 2013).

Segundo Bulgarelli (2008), a inclusão significa “por dentro”, expressão utilizada no sentido de tornar possível a manifestação plena dos talentos e

potencialidades de cada um num ambiente de acolhimento e respeito e isso tudo já confirma-se quando se fala em valorização da diversidade.

Valorizar a diversidade implica assumir novos paradigmas relacionados a outro conjunto de visões, crenças e valores, ideias de mundo e percepções sobre a realidade e a importância que se dá a determinados aspectos da vida e suas características.

Falar em inclusão, é demonstrar conceitos que fazem parte da necessidade das pessoas com deficiência: acessibilidade, diversidade, desigualdade e diferenças.

O Ministério do Turismo (2006), com base em definições constantes no Decreto 5.296/2004 e na Norma da ABNT, NBR 9050:2004, conceitua acessibilidade como “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.”

Nota-se que a acessibilidade está mais desenvolvida na questão física (“dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos”), em detrimento às questões relacionadas às pessoas com deficiência mental e autistas, em razão do maior desenvolvimento de ações voltadas para a acessibilidade física, como normas da ABNT e NBR.

Nota-se que a acessibilidade tem maior desenvolvimento de ações voltadas para a questão física, como normas da ABNT e NBR (“*dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos*”), em detrimento às questões relacionadas às pessoas com deficiência mental e autistas

Conceitos para a acessibilidade de pessoas autista é um assunto ainda com pouca discussão.

As associações voltadas para o tratamento e apoio de familiares e pessoas com autismo tentam preencher esta lacuna.

Uma delas é a AFAGA – Associação de Familiares e Amigos da Gente Autista, fundada em 2006 com 1200 familiares de pessoas autistas, profissionais

que as atendem pessoas autistas, filiados à COCAS – Comissão Civil de Acessibilidade de Salvador e à ABRAÇA – Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas com Autista.

Diante do exposto, pode-se afirmar que, respeitando a própria forma de compreender e interagir com o mundo, pessoas autistas são pessoas muito interessantes para se conviver, apresentando um humor muito peculiar, surpreendendo com as habilidades que podem demonstrar. Superado o primeiro estranhamento com a diferença, o convívio com elas é uma experiência muito positiva e contribui para desenvolver uma nova e mais ampla compreensão do que é o ser humano.

A acessibilidade deve atender a todos: com ou sem deficiência. Deve atender a toda a diversidade humana.

Falar de diversidade (do latim *diversitas*, significando variedade, pluralidade, diferença) é falar sobre nós mesmos e os outros, na relação que estabelecemos, nas próprias características, história, cultura, o que temos aprendido ao longo da vida, o que nossa percepção tem nos feito observar e o que pode estar deixando de lado (BULGARELLI, 2008).

Segundo Bulgarelli (2008), nossas diferenças não podem se transformar em motivo para desigualdades intoleráveis, para a criação ou manutenção de um ambiente em que um vive e outro não tem condições de viver, um come e o outro tem fome, um estuda e outro jamais foi à escola, um tem proteção de um teto e outro vive ao relento. É disso que tratamos ao falar das diferenças intoleráveis.

Acompanhando o pensamento de Bulgarelli, pode-se afirmar que nossas diferenças não podem se transformam em motivo para desigualdades em que uma pessoa sem deficiência possa viajar e outra pessoa com deficiência não possa viajar.

Cada um de nós é um ser único e especial. Cada um de nós é uma das soluções que a vida encontrou dentro das composições possíveis.

Em relação à deficiência, Bulgarelli (2008) afirma que quando estamos diante de alguém muito diferente de nós, que não conhecemos, que não conseguimos entender e faz o oposto de tudo que somos, é bom lembrar que essa

pessoa é única e especial. Estamos diante de uma das soluções da vida e terá uma pequena idéia dessas possibilidades. Pensar que uma pessoa com deficiência não faz parte dessa imagem de possibilidades é uma visão estreita.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), lançada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, que tratou da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência no sistema de educação, relata que “as diferenças humanas são normais”, ou seja, fazem parte da vida. O normal é ser diferente.

A Declaração de Salamanca foi o resultado da reunião de delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representado 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, reafirmando o compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.

O documento da UNESCO mostra que a deficiência geralmente está ligada a falta de informação, pobreza e baixos padrões de saúde. Pode ser evitada em muitos casos, portanto – principalmente nos países em desenvolvimento, onde é maior a prevalência de pessoas com deficiência.

A deficiência não está, contudo, relacionada só a pobreza. Há doenças, acidentes, situações tão variadas para explicar suas causas. Em todas elas, é importante lembrar que se trata de uma possibilidade da vida. Não há um parâmetro que nos permita dizer que a deficiência é um desvio do humano, uma mutação em relação ao “normal” (BULGARELLI, 2008).

Segundo Bulgarelli (2008), tratar de maneira igual deve significar a distribuição justa de oportunidades, utilidades, benefícios, bens, serviços e direitos. Tratar com igualdade é tratar diferente para combater desigualdades. Tratar de maneira igual objetiva que todos tenham as condições necessárias para desenvolver seu potencial, tendo acesso a tudo para alcançar qualidade de vida na sociedade.

O diferente nem sempre é encantador, fascinante ou atraente. O diferente não pode ser reduzido a algo exótico, extravagante ou folclórico. O diferente às

vezes assusta, porque nos encontra despreparados para lidar com ele. O diferente não é necessariamente um inimigo. O diferente não é automaticamente um amigo. O diferente não é melhor ou pior. Não é o conhecimento sobre o que é diferente que nos torna justos ou injustos em relação a ele (BULGARELLI, 2008).

Durante o processo de construção dessa dissertação, o autor esteve em visita a um hotel em Salvador para hospedagem com a família (abril/14). Em um dos dias de hospedagem, duas pessoas estavam fazendo *check in* no balcão do hotel. Em um dado momento, uma das pessoas deu um pulo para o alto e em direção à recepcionista sem, no entanto, ultrapassar o limite do balcão, o que deixou a funcionária surpresa e paralisada. A pessoa que realizou esse movimento era uma pessoa autista em companhia de sua mãe. A sensação era que a funcionária não estava preparada para o diferente, mas não o tratou de forma desigual.

Para melhorar nossa postura diante das diferenças, precisamos acabar com atitudes como indiferença, medo, pânico, fechamento, exclusão ou até o extermínio do outro.

Segundo Bulgarelli (2008), pensar em igualdade e diferença é fundamental para encontrarmos formas melhores de nos relacionar e de construir soluções que interessam para todos. O foco está na igualdade ou na diferença? Nos dois juntos, ou melhor, na relação que considere nossas características, diferenças e semelhanças.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a questão é aprender a lidar com as diferenças de maneira a transformá-las em motivo para enriquecimento da nossa sociedade em todos os níveis. O respeito implica considerar as diferenças nas relações, e exige não abstraí-las, mas como se não houvesse características e identidades a serem percebidas e com as quais devamos nos relacionar.

Os conceitos debatidos nesse capítulo demonstram que enfatizar as diferenças na perspectiva de aprendermos a lidar com elas de maneira respeitosa, inclusiva e com aprendizados para que a diversidade adicione valor à nossa vida, às organizações, à sociedade e, objeto do estudo dessa dissertação, ao turismo. Sem isso, ficamos na mesma, fingindo que ninguém discrimina ninguém e que estamos num paraíso.

Determinar o conceito de autismo como forma de conhecer as diferentes características de uma pessoa com essa síndrome e as normas e leis que formalizam seus direitos será a síntese do item a seguir.

2. AUTISMO E LEGISLAÇÃO

Neste capítulo, são abordados os temas sobre autismo – conceitos, números, exemplos de produtos e serviço turísticos para autistas, dentre outros, e legislação para deficientes – legislação no Brasil e documentos internacionais.

2.1 O que é autismo?

Autismo é uma palavra de origem grega (autos), que significa “por si mesmo”. Foi empregado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugene Bleuler, em 1911, que buscava descrever a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia (ORRÚ, 2011).

Segundo Williams e Wright (2008), Distúrbios do Espectro do Autismo (*Autistic Spectrum Disorder – ASD*) é uma síndrome que normalmente surge nos primeiros três anos de vida da criança.

Síndrome é um conjunto bem determinado de sintomas que não caracterizam uma só doença, mas podem traduzir uma modalidade patogênica.

De acordo com o Dicionário Médico Stedman (1987), síndrome é o “agregado de sinais e sintomas associados a uma mesma patologia e que em seu conjunto definem o diagnóstico e o quadro clínico de uma condição médica. Em geral são um conjunto de determinados sintomas, de causa desconhecida ou em estudos, que são classificados, geralmente com o nome do cientista que o descreveu ou o nome que o cientista lhes atribuir” (ORRÚ, 2011).

Síndrome não caracteriza necessariamente uma só doença, mas um grupo de doenças:

- a) Comprometimentos na comunicação;
- b) Dificuldades na interação social;
- c) Atividades restrito-repetitivas.

É um termo usado, dentro da Psiquiatria, para denominar comportamentos humanos que se centralizam em si mesmos, voltados para o próprio indivíduo.

Atualmente, o autismo é considerado, conforme a definição apresentada por Gilbert (2011) em seus estudos sobre o diagnóstico e o tratamento do autismo infantil, uma “síndrome comportamental com etiologias múltiplas e curso de um distúrbio de desenvolvimento”. Ainda, o mesmo autor explica que “é altamente improvável que existam casos de autismo não orgânico”, afirmando que “o autismo é uma disfunção orgânica e não um problema dos pais. O novo modo de ver o autismo é biológico” (Gilbert 2011 apud ORRÚ, 2011. p. 21).

Estimativas atuais mostram o ASD, abrangendo todos os diagnósticos do espectro, ocorre em aproximadamente dois a sete em cada 1000 indivíduos. Isso representa de 1/10 desses indivíduos na extremidade grave do espectro do autismo. Esses dados variam, dependendo da pesquisa e também dos países nos quais ela foi realizada. Além disso, é provável estar relacionada à maneira de se fazer o diagnóstico e aos critérios adotados. É cerca de três a quatro vezes mais comum em meninos do que em meninas (WILLIAMS e WRIGHT, 2008).

Com base na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, mais conhecida como CID, que fornece códigos relativos à classificação de doenças (CID-10), o autismo é classificado como um dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento. O manual aponta, também, outros distúrbios com quadros autísticos, além da Síndrome de Asperger: Autismo Atípico, Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância (ORRÚ, 2011).

A denominação “Autismo Atípico” é usada quando existe um comprometimento grave e global do desenvolvimento da interação social, da comunicação verbal e não verbal, e a presença de estereotípias de comportamentos, interesses e atividades, não satisfazendo os critérios para a classificação de Transtorno Autista, em vista da idade tardia de seu início.

Outro distúrbio com quadro autístico é o Transtorno de Rett, proveniente de causas desconhecidas e com severa deficiência mental. O Transtorno de Rett é relatado até o momento apenas em crianças do sexo feminino. Ocorre o desenvolvimento progressivo de múltiplos *déficits* específicos após um período de funcionamento normal durante os primeiros meses de vida. Ocorre severo prejuízo no desenvolvimento da linguagem, expressiva e receptiva, aliado a uma grave deficiência mental e psicomotora, além da probabilidade da incidência de convulsões.

Por fim, o Transtorno Desintegrativo da Infância surge como um tipo de distúrbio muito mais raro que o autismo, com sintomas semelhantes ao de Rett, mas incidindo predominantemente em meninos, geralmente acompanhado de deficiência mental.

2.2 Síndrome de Asperger

A Síndrome de Asperger, um dos transtornos abrangentes do desenvolvimento, foi descrita primariamente sob a designação de “psicopatia autística” em 1944, por Hans Asperger, como um quadro caracterizado por déficit na sociabilidade, interesses circunscritos, linguagem sem atraso porém pedante, repetitiva, formal e habilidades intelectuais preservadas (FOMBONNE, 2003 apud AMORIM, 2012)

Essa síndrome difere do autismo clássico principalmente por não ocorrer deficiência mental, atraso cognitivo e considerável prejuízo na linguagem. Apesar de não haver o retraimento peculiar autístico, a pessoa, entretanto, torna-se também muito solitária. Desenvolve interesses particulares em campos específicos, modos de pensamento complexos, rígidos e impermeáveis a novas ideias (ORRÚ, 2011).

Os critérios do DSM-IV-TR – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (em inglês) de acordo com a Associação Americana de Psiquiatria (*American Psychiatric Association* – APA) para diagnóstico da Síndrome de Asperger são (APA, 2002 apud AMORIM, 2012):

➤ Alteração qualitativa da interação social, manifestada pelo menos dois dos seguintes requisitos: (1) alteração acentuada no uso de múltiplos comportamentos não-verbais, tais como contato visual direto, expressão facial, posturas corporais e gestos para regular a interação social (2) Incapacidade para criar relacionamentos apropriados, ao nível do seu desenvolvimento, com seus pares (3) Ausência de tentativa espontânea de partilhar prazer, interesses ou realizações com outras pessoas, (por ex., mostrar, trazer ou apontar objetos de interesse a outras pessoas) (4) Falta de reciprocidade social ou emocional.

➤ Padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e atividades, manifestados por pelo menos um dos seguintes quesitos: (1) Preocupação insistente com um ou mais padrões estereotipados e restritos de interesses, anormal em intensidade ou foco; (2) Adesão aparentemente inflexível a rotinas e rituais específicos e não funcionais; (3) Maneirismos motores estereotipados e repetitivos (por ex., dar pancadinhas ou torcer as mãos ou os dedos, ou movimentos complexos de todo o corpo); (4) Preocupação mantida com partes de objetos.

➤ A perturbação interfere de forma significativa nas áreas social e ocupacional ou outras áreas importantes de funcionamento.

➤ Não existe um atraso clinicamente significativo da linguagem (por ex., palavras isoladas são usadas aos 2 anos, frases comunicativas são usadas aos 3 anos).

➤ Não existe um atraso clinicamente significativo no desenvolvimento cognitivo ou no desenvolvimento de habilidades de auto-ajuda apropriadas à idade, comportamento adaptativo (outro que não na interação social), e curiosidade acerca do ambiente na infância.

➤ Não cumpre critérios para qualquer outro Síndrome com Perturbação Global do Desenvolvimento ou Esquizofrenia (APA, 2002 apud AMORIM, 2012).

Os indivíduos com Síndrome de Asperger são capazes de estabelecer “uma conversação em monólogo caracterizada por uma linguagem prolixa, pedante, sobre um tópico favorito e geralmente não-usual e bem delimitado, suas abordagens desajeitadas e sua insensibilidade em relação aos sentimentos e intenções das demais pessoas e pelas formas de comunicação não-literais e implícitas que elas emitem (por exemplo, sinais de tédio, pressa para deixar o ambiente e necessidade de privacidade) podem frustrar seu desejo de fazer amigos” (AMORIM 2012 apud KLIN,2006, p.3-11).

O prejuízo social decorrente dos déficits autísticos é considerado permanente. “Não há consenso sobre um tratamento específico para a Síndrome de Asperger, o uso de medicação é indicado para tratar co-morbidades caso elas ocorram, destacando-se quatro alvos básicos de qualquer tratamento: 1) estimular o desenvolvimento social e comunicativo; 2) aprimorar o aprendizado e a capacidade de solucionar problemas; 3) diminuir comportamentos que interferem com o aprendizado e com o acesso às oportunidades de experiências do cotidiano; e 4) ajudar as famílias a lidarem com o autismo” (AMORIM, 2012 apud Lord e Rutter, 1994, p. 569-593).

As pessoas com a Síndrome de Asperger normalmente possuem aptidões matemáticas e excelente memória para guardar datas e números, desenvolvendo também obsessões compulsivas. O transtorno é retratado em filmes, como o caso do filme de Temple Grandin. Por não apresentarem alta deficiência mental ou problemas de fala, essas crianças, adolescentes e adultos podem levar uma vida com qualidade, mesmo com alguma perda na área socioafetiva.

O recorte de estudo estar referenciado a uma pessoa autista com Síndrome de Asperger deve-se, em primeiro lugar, ao fato de que essa pessoa se comunicar com mais facilidade do que as outras formas de autismo.

Fazendo-se um paralelo entre as ações de turismo e os alvos básicos de tratamento do autismo, pode-se perceber que o turismo pode ser usado como uma ferramenta de estímulo ao desenvolvimento social e comunicativo (viagens

permitem contatos com outras pessoas); aprimoramento do aprendizado e a capacidade de solucionar problemas (viagens permitem conhecer novos lugares e descobrir novas situações a serem resolvidas fora do cotidiano); diminuição dos comportamentos que interferem com o aprendizado e com o acesso às oportunidades de experiências do cotidiano; e auxílio das famílias a lidarem com o autismo (viagens conjuntas de pessoas autistas e seus familiares podem ajudar no convívio mútuo, quebra de preconceitos e inclusão social).

2.3 Estudos sobre o autismo

Na década de 1940, Léo Kanner, psiquiatra austríaco, residente nos Estados Unidos, dedicou-se ao estudo e à pesquisa de crianças que apresentavam comportamentos estranhos e peculiares, caracterizados por estereotípias (repetição de gestos amaneirados, permanência em posições estranhas que fazem parte de um dos sintomas não essenciais da esquizofrenia), por outros sintomas aliados a uma dificuldade no estabelecimento de relações interpessoais (ORRÚ, 2011).

Em 1943, Kanner publicou um informe: “Alterações autistas do contato afetivo” e relatou o caso de 11 crianças com um quadro de autismo extremo, obsessividade, estereotípias e ecolalias (tendência a repetir automaticamente sons ou palavras ouvidas), nomeando-o “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo” (ORRÚ, 2011).

Em 1944, o pediatra Hans Asperger desenvolveu uma tese na Alemanha onde expôs um conjunto de sinais, que chamou de Psicopatia Autista. Todavia, mais tarde, a síndrome levou seu nome, cobrindo características que não foram levantadas, pelo médico. (ORRÚ, 2011).

Asperger identificou que as pessoas descritas em seu estudo apresentavam uma inteligência superior e aptidão para a lógica e abstração, apesar de interesses excêntricos. A maioria dos indivíduos é de inteligência global normal, mas é comum que seja desarticulada, com habilidades raras e dificuldades extremas

Em 1956, Kanner insistiu na consolidação conceitual da síndrome, mas sentia a necessidade de aprofundar-se mais sobre o entendimento do fenômeno em nível biológico, psicológico e social. Em 1968, acrescentou às suas considerações a necessidade do diagnóstico diferencial com deficientes mentais e afásicos. Na revisão de seus primeiros casos, ocorridos há 30 anos, propôs novas expectativas dadas por meio da bioquímica, afirmando, em 1973, a permanência da síndrome como parte do quadro das psicoses infantis (ORRÚ, 2011).

A partir de Kanner, muitos outros pesquisadores seguiram e foram, aos poucos, registrando suas idéias hipotéticas sobre a origem do autismo.

O trabalho de Asperger só veio a se tornar conhecido nos anos de 1970 quando a médica inglesa Lorna Wing traduziu seu trabalho. Foi a partir daí que um tipo de autismo de alto desempenho passou a ser denominada Síndrome de Asperger.

Pela primeira vez a ciência sinalizou a cura do autismo (novembro/2010), com a descoberta de um grupo de cientistas nos Estados Unidos, liderado pelo pesquisador brasileiro Alysson Muotri na Universidade da Califórnia, que conseguiu "curar" um neurônio "autista" em laboratório. O estudo baseou na Síndrome de Rett (tipo de autismo com maior comprometimento e com comprovada causa genética), foi coordenado por mais dois brasileiros, Cassiano Carromeu e Carol Marchetto e foi publicado na revista científica Cell.

Segundo Alysson Muotri (2010), quando alguém refere a indivíduos autistas, a maioria imagina pessoas isoladas socialmente, com dificuldade em comunicação e envolvidas em comportamentos repetitivos e estereotipados. De fato, para ser considerado dentro do espectro autista, basta apresentar sintomas relacionados a essas características. Porém, essa definição é restrita, rasa, e não reflete a condição autista em sua totalidade. O lado positivo do autismo é pouco lembrado, o que contribui para problemas de inclusão social.

Indivíduos autistas são extremamente focados e conseguem se dedicar a uma atividade específica por muito tempo. Em geral, essa dedicação vem acompanhada de uma atenção aos detalhes, sensibilidade ao ambiente e capacidade de raciocínio acima do normal, o que colocaria essas pessoas em vantagem em determinadas situações.

Muitos autistas poderiam ser aproveitados pela academia. Desde cedo, esses indivíduos demonstram profundo interesse em informações, números, geografia, dados, enfim, tudo que é necessário para a formação do pensamento científico. Além disso, possuem capacidade autodidática e podem se tornar especialistas em determinada área – ambas características importantes no cientista. Algumas das vantagens intelectuais (e mesmo pessoais) de indivíduos autistas acabam sendo atraentes em laboratórios científicos.

Um exemplo clássico é Temple Grandin, autista, doutora PhD em Zootecnia que, usando seu raciocínio visual, desenvolveu novos protocolos para redução de estresse em animais para o consumo de carne. Grandin é atualmente professora da Universidade Estadual do Colorado, nos Estados Unidos.

“Temple Grandin” é um filme norte-americano de 2010, dirigido por Mick Jackson e exibido pelo canal HBO. Filme biográfico sobre Temple Grandin, uma mulher com autismo que revolucionou as práticas para o tratamento racional de animais em fazendas e abatedouros. Visitando a fazenda de sua tia Ann no Arizona em 1966, Temple inicia seu primeiro contato com animais, que influenciariam sua vida e carreira. A jaula para prender bovinos a inspirou na construção de um aparelho para si própria para refugiar-se de seus frequentes ataques de pânico. expressa sua força de vontade para a formação acadêmica e consultoria para a indústria pecuária em manejo, instalações e cuidado com animais.

A vida de Temple Grandin é um modelo de que a pessoa com deficiência pode, por meio do estudo acadêmico, alcançar seus objetivos de vida. Mas tudo começa com a conscientização da condição autista. Organizações internacionais já existem com a finalidade de auxiliar autistas a se encaixarem na sociedade.

No Brasil, existem importantes associações que lutam pelos direitos e apoio psicológico e pedagógico para pessoas autistas. Dentre elas, destaca-se a AMA – SP, Associação de Amigos do Autista – São Paulo, cuja missão é “Proporcionar à pessoa com autismo uma vida digna: trabalho, saúde, lazer e integração à sociedade. Oferecer à família da pessoa com autismo instrumentos para a convivência no lar e em sociedade. Promover e incentivar pesquisas sobre o autismo, difundindo o conhecimento acumulado” (AMA, 2015).

A AMA-SP foi fundada em 1983 por pais que tinham como objetivo construir um futuro com maior independência e produtividade para seus filhos autistas, por meio de um maior apoio psicológico e pedagógico.

A Associação está estruturada em cinco unidades na cidade de São Paulo e oferece atendimento 100% gratuito a crianças e jovens autistas em suas unidades: crianças de até 12 anos com sinais de desenvolvimento (Unidade SP – Cambuci); jovens a partir de 12 anos e adultos com autismo moderado e Síndrome de Asperger (Unidade SP – Luís Gama); pessoas com autismo em todas as faixas etárias e todos os níveis de desenvolvimento (Unidade SP – Parelheiros), jovens acima de 12 anos com autismo severo (Unidade SP – Teodureto) e todas as pessoas autistas conforme convênio com a Secretária de Saúde de São Paulo (Unidade SP – Pirituba).

Em razão do sucesso da AMA-SP, outras associações semelhantes foram criadas, para a educação de pessoas com autismo pelo país, como por exemplo, a Associação de Amigos do Autista do Distrito Federal - AMA – DF, que está localizada na Granja do Riacho Fundo – Riacho Fundo em Brasília/DF.

Há, também, algumas empresas que atuam no mercado com produtos e serviços voltados para deficientes e, em especial, para pessoas autistas.

Uma delas é a Turismo Adaptado, operadora de turismo localizada no Bairro da Consolação em São Paulo/SP que elabora produtos turísticos acessíveis, pesquisando e preparando roteiros e destinos que atendam pessoas com deficiência.

Quem lidera essa organização como Diretor é Ricardo Shimosakai (apresentado na foto 1, a seguir, com o autor dessa dissertação), Bacharel em Turismo pela Universidade Anhembi Morumbi/ Laureate International Universities e que atua desde 2004 no segmento de Turismo Acessível.

FIGURA 4 – Autor da Pesquisa com Ricardo Shimosakai



Fonte: Luis Eduardo dos Santos Barros – 2011

A Turismo Adaptado tem a missão de trabalhar para promover a acessibilidade e inclusão no lazer e turismo para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e necessidades específicas. Atua no “trade” turístico na conscientização da eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacional, metodológica, instrumental (tecnologia assistiva), programática (normas ou regulamentos) e atitudinal.

Segundo a Turismo Adaptado (2015), a empresa desenvolve e aplica em empresas do ramo turístico, o Programa de Acessibilidade Hoteleira elaborado para atender as necessidades de pessoas com diferentes tipos de deficiência (física, visual, auditiva e intelectual), mobilidade reduzida (idosos, obesos, gestantes) e necessidades específicas (hipertensos pulmonares, pacientes de hemodiálise, etc) em todas as áreas que compõem um ambiente hoteleiro. São aplicados quatro pontos importantes: Acessibilidade Arquitetônica, Tecnologia Assistiva, Hospitalidade Inclusiva e Informação para Todos. Além disso, a hospedagem

recebe a Certificação de Acessibilidade e passa a fazer parte das ofertas para o agenciamento de viagens acessíveis exclusivos da Turismo Adaptado. Também trabalha-se o conhecimento, por meio de palestras, cursos e capacitações em empresas, eventos e no meio acadêmico; consultoria para a acessibilidade e inclusão da parte física e do setor de atendimento de um empreendimento; elaboração de campanhas e projetos voltados para a área, além do único serviço de agenciamento de viagens brasileiro a atender o turista com deficiência com qualidade e segurança. Em parceria com a Operadora Schultz, compõe a primeira Operadora de Turismo Acessível da América Latina.

Outra empresa que presta serviços turísticos para pessoas autistas é a Royal Caribbean, empresas de cruzeiros marítimos de origem norueguesa com sede em Miami que faz parte do grupo Royal Caribbean Cruises. É uma das maiores empresa de cruzeiros, com uma frota de 24 navios. Seus navios estão entre os maiores do mundo.

Fazem parte do grupo Royal Caribbean Cruises Ltd. além da Royal Caribbean International, as operadoras Celebrity Cruises, Azamara Cruises, Pullmantur Cruises e CDF Croisières de France.

No Brasil, a companhia tem sede em São Paulo/SP e trabalha com diversas representações e agências de viagens em todo o país.

Segundo informações do sítio eletrônico da empresa, foi criado um programa - Adventure Ocean para pessoas autistas, que inclui:

- sessões de filmes apresentadas em um ambiente com luz baixa e volume reduzido. Os hóspedes são estimulados a conversar e a andar livremente durante o filme. Esses filmes são oferecidos em todos os cruzeiros com grupos de autistas quando há pelo menos cinco crianças com autismo a bordo. As datas e os horários são destacados no Programa diário “Cruise Compass” – jornal diário que é divulgado para todos os passageiros do navio;
- programa de empréstimo de brinquedos próprios para autistas: disponível em toda a frota, no Programa para

crianças e jovens Adventure Ocean. Mediante solicitação, fornece uma sacola de brinquedos próprios para autistas, que podem ser usados no Adventure Ocean ou levados para as cabines. Os pais podem escolher outros brinquedos próprios para autistas que sejam mais apropriados para seus filhos. Alguns exemplos de brinquedos são: lápis de cor não tóxicos, marcadores, aquarelas, blocos para montar, dominós e livros com figuras;

- atividades próprias para crianças autistas: para crianças com todos os tipos de aptidões. É recomendável que as famílias consultem a equipe do programa Adventure Ocean sobre as necessidades especiais de seus filhos, visando identificar quais atividades são apropriadas para a criança e realizar possíveis alterações;
- opções nutricionais diferenciadas no menu e opções para dietas especiais, como refeições em glúten e sem laticínios;
- história social do cruzeiro: guia escrito ou visual que descreve várias interações sociais, situações, comportamentos, habilidades ou conceitos. Elas ajudam as pessoas com autismo a lidar melhor com situações sociais. A empresa de navios proporciona a História social do cruzeiro para ajudar as famílias com membros autistas a se prepararem para o cruzeiro de férias.
- Também são oferecidos: *check-in*, embarque e *check-out* prioritários; disponibilização de *paggers*/telefones para que os pais das crianças inscritas no programa possam entrar em contato enquanto elas estiverem sob os cuidados de membros da tripulação do navio (sujeito a disponibilidade).

Outra medida tomada pela empresa de navios foi a criação de um guia de acessibilidade em forma de folheto que descreve recursos, equipamentos e

serviços disponíveis para hóspedes com deficiência incluindo um guia de planejamento prático.

FIGURA 5 – ACESSIBILIDADE NO MAR PARA TODOS



Fonte: Site da Royal Caribbean - 2015

2.4 Números sobre o autismo

Apesar dos avanços nas pesquisas sobre autismo, ainda há muito a percorrer para se atingir a compreensão desse fenômeno pois até mesmo as estatísticas sobre a síndrome são imprecisas ou conflitantes.

Segundo Williams e Wright (2008), o autismo ocorre em aproximadamente dois a sete em cada 1000 indivíduos, com cerca de um décimo desses indivíduos na extremidade grave do espectro do autismo. Assim, o autismo se torna a terceira incapacidade do desenvolvimento mais comum, atrás do retardo mental e da paralisia cerebral.

Segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, órgão equivalente ao Ministério da Saúde no Brasil, os casos de autismo

são de um para cada 68 crianças com oito anos de idade. Os dados são referentes a 2010 e foram divulgados em 27 de março de 2014 (Revista Autismo, 2014).

Como se pode perceber, os números e resultados dos estudos e das pesquisas são bem variáveis, o que significa que há muito que se estudar e investigar acerca da dimensão da síndrome do autismo.

Em 18 de dezembro de 2007, a Organização das Nações Unidas estabeleceu todo dois de abril como o Dia Mundial do Autismo. Em 2008, houve a primeira comemoração da data pela Organização das Nações Unidas (Revista Autismo, 2014).

Na ocasião, o então secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, realizou o primeiro Dia Mundial de Conscientização do Autismo, com um apelo para proporcionar os meios para melhorar as condições de vida das pessoas que sofrem desse transtorno, que cada vez afeta uma maior proporção da população mundial (COSTA, 2013).

O objetivo do “dois de abril” é, anualmente, conscientizar a sociedade a respeito desta complexa síndrome, para que aja mais diagnóstico, mais tratamento, mais respeito e menos preconceito. Para isso, iluminam-se de azul edifícios e monumentos ao redor do mundo. O azul foi a cor designada para o autismo, por ter uma prevalência bem maior em meninos que em meninas – quatro para um.

Em 2010, a Organização das Nações Unidas declarou que, segundo especialistas, acreditava-se que a síndrome atingia cerca de 70 milhões de pessoas em todo o mundo (Revista Autismo, 2014).

A ciência ainda não encontrou uma cura para os Transtornos do Desenvolvimento, mas em determinados lugares como os Estados Unidos e países da Europa, diversos programas e métodos de intervenção com eficácia e cientificamente válidos já foram e estão sendo elaborados e implantados, como no Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos. A disponibilidade de educação e programas de intervenção para pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em tais lugares é responsabilidade do governo. Em outras palavras, o governo tem o dever de propiciar educação e intervenção adequadas para pessoas autistas gratuitamente. Infelizmente este não é o caso para todos os

países do mundo, como por exemplo, a realidade para famílias e crianças com autismo na China (Mc CABE, 2009).

Devido à falta de instituições e profissionais especializados em autismo na República Popular da China, os pais de crianças com TEA frequentemente não são membros de uma equipe e sim os únicos educadores de seus filhos. Famílias chinesas enfrentam muitas dificuldades por causa de crenças socioculturais em relação à deficiência (Mc CABE, 2009).

O aumento dos números de prevalência de autismo levanta uma discussão importante sobre haver ou não uma epidemia da síndrome no planeta, em discussão pela comunidade científica.

Segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos, os casos de autismo em crianças estão em clara ascensão naquele país desde a década passada. O número de casos de autismo diagnosticados em crianças aumentou 23% entre 2006 e 2008, com um em 88 crianças afetadas contra um em 110 anteriormente.

No Brasil, foi realizado o primeiro estudo de epidemiologia de Autismo da América Latina, publicado em fevereiro de 2011, com dados de 2010, liderado pelo psiquiatra da infância Marcos Tomanik Mercadante (1960-2011), que em projeto-piloto com amostragem na cidade paulista de Atibaia, aferiu a prevalência de um caso de autismo para cada 368 crianças de 7 a 12 anos.

Segundo o IBGE (2010), o censo demográfico realizado no Brasil em 2010 apresentou os seguintes números com relação às pessoas com algum tipo de deficiência:

- a) População Total: 190.755.799;
- b) Pessoas declaradas deficientes – visual, auditiva, motora e mental/intelectual: 45.606.048;
- c) Deficientes Mental/intelectual (incluídos os autistas): 2.611.536, sendo 1.409.597 homens e 1.201.938 mulheres (BRASIL, 2010)

As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez.

Ao longo do presente estudo não se encontrou uma pesquisa oficial em relação ao quantitativo de pessoas autistas no Brasil.

Em 2013, a Secretária de Direitos Humanos do Governo Federal divulgou uma estimativa da população autista, conforme a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Estimativa da População com autismo

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO COM AUTISMO COM BASE NA POPULAÇÃO DE CADA REGIÃO BRASILEIRA		
REGIÃO	POPULAÇÃO EM 2010	POPULAÇÃO COM AUTISMO (0,62%)
Centro-oeste	14.050.340	87.112
Norte	15.868.678	98.367
Nordeste	53.078.137	329.084
Sul	27.384.815	169.786
Sudeste	80.353.724	498.193
Totais	190.732.694	1.182.643
São Paulo	41.252.160	255.763

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos, 2013

Analisando a Tabela 1 e fazendo-se uma comparação com os números do IBGE tratados anteriormente, observa-se que a maioria projetada de pessoas com deficiência mental/intelectual compõe-se de autistas. Considerando a proporção de quatro meninos para cada menina autista, aproximadamente 950.000 brasileiros do sexo masculino e, aproximadamente 250.000 pessoas do sexo feminino seriam autistas. Ou seja, em torno de 67% da população masculina com deficiência mental/intelectual seria autista e 20% da população feminina. Esses números demonstram a necessidade de leis que garantam a proteção dos direitos das pessoas autistas, legislações que serão demonstradas no próximo capítulo. Esse tema será tratado a seguir.

Diante do exposto, pode-se afirmar que desde os estudos iniciais de Kanner na década de 40 até os dias de hoje, mesmo a ciência tendo percorrido um longo trajeto de estudos para a compreensão do autismo e para a precificação de números e quantitativos mundiais sobre o assunto, muito falta para conclusões mais concretas serem firmadas.

O diagnóstico do autismo não é simples. É preciso conhecimentos nos campos da Medicina, Psicologia, Fonoaudiologia, Psicologia e Psiquiatria. A complexidade no entendimento do autismo é similar a complexidade do turismo, o que leva a pensar que, ainda na possibilidade de perceber se o turismo é um ferramental de inclusão para as pessoas autista, tal afirmação ainda não será totalmente conclusivo em razão da complexidade dos dois assuntos abordados (autismo e turismo).

2.5 Legislação

Nesse tópico, discutem-se as leis “Lei Berenice Piana”, “Passe Livre para idosos e pessoas com deficiência em Minas Gerais”, normas publicadas pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, leis direcionadas a pessoas com deficiência e referentes ao autismo e legislação internacional.

Vale ressaltar que a lei por si só, não muda a realidade social, o fato social; não conscientiza as pessoas e aqueles que detêm o poder decisório. Apesar de todas as garantias previstas em lei, a pessoa com deficiência pode continuar a vivenciar a exclusão e a sofrer com a desigualdade.

2.5.1 Lei 12.764, de 28/12/12 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

A Lei 12.764 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista e altera o parágrafo 3º da art. 98 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que trata dos direitos da pessoa autista em relação a saúde, educação, moradia, mercado de trabalho, previdência e assistência social.

Conhecida como Lei Berenice Piana em homenagem a uma mãe que simboliza a luta de todas as famílias e seus familiares autistas.

A lei caracteriza a síndrome como uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por

dificuldade de comunicação verbal e não verbal reciprocidade social e dificuldades para desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento. Além disso, o texto da lei ressalta os padrões restritivos e repetitivos de comportamentos da pessoa com autismo, manifestados por atividades motoras ou verbais estereotipadas ou por comportamentos sensoriais incomuns, apego a rotinas e interesses restritos e fixos.

O texto também afirma que a pessoa com transtorno espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais, o que legaliza direitos anteriormente não existentes para os autistas (transporte gratuito para deficientes, por exemplo).

Um trecho do texto legislativo ainda apresenta os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer.

Segundo Costa (2013, p.113) “é nosso dever como cidadãos brasileiros lutarmos para que a Lei nº 12.764 seja implementada em todo o Território Nacional, e não somente ela, mas tantas outras leis que, implementadas, trariam tremendos benefícios à população, pois sabemos que a lei sozinha, não muda nada, o que deverá mudar será a conscientização de que somos responsáveis pelas transformações de nossa sociedade, que não só fazemos parte dela, mas que somos construtores e guardiões dessa Sociedade e do futuro que queremos para nossos filhos e para as futuras gerações”.

O *trade* turístico, que faz parte da sociedade como um todo, precisa ser informado, não somente da Lei Berenice Piana, mas também sobre como identificar uma pessoa com Autismo, ou seja, que se crie uma cultura para identificar, respeitar e cuidar dessas pessoas, sendo em um atendimento especializado ou identificando as necessidades especiais de uma viagem.

Segundo Krippendorf (2012), “o turismo só terá futuro se caminha na direção de um humanismo maior. O importante é reconhecer que o turismo deve servir ao homem, e não o contrário. Qualquer evolução, inclusive evolução, inclusive a do turismo, deve inclinar-se para o desenvolvimento do ser humano, e não dos bens materiais. O desabrochar humano deve ser prioridade absoluta. É

preciso voltar ao ser humano, às virtudes humanas, às atitudes sociais e à ética diante da vida”.

A Lei Berenice Piana aborda vários assuntos de relevância como direitos da pessoa autista para a educação, saúde, moradia, previdência e assistência social. Não há referência específica relacionada ao turismo, apesar da citação de lazer descrita no artigo 3º, parágrafo I como direito da pessoa autista:

- a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

Mesmo não aprofundando em normas direcionadas ao turismo, a lei Berenice Piana é um marco na conquista de direitos universais – educação, saúde, moradia, para as pessoas autistas. Seria necessária uma divulgação maior, fora do meio autístico, para que a sociedade pudesse conhecer e compreender que os direitos das pessoas autistas são os mesmos direitos de qualquer cidadão.

2.5.2 Lei nº 21.121 e Decreto Estadual nº 46.434, de 28/12/12 – Lei de Passe livre para idosos e pessoas com deficiência – viagens intermunicipais – Minas Gerais

A Lei e o Decreto tratam da gratuidade para utilizar o transporte intermunicipal de passageiros aos idosos – com idade mínima de 65 anos – e pessoas com deficiência, ambos com renda individual inferior a dois salários mínimos, cuja abrangência dos benefícios por ela gerados serão aproveitados pelos viajante da observação participante a ser realizada nesse trabalho de pesquisa de mestrado.

Para ter direito ao benefício, o usuário deverá fazer o cadastramento no órgão específico de transporte intermunicipal.

Cada serviço ficará obrigado a oferecer dois assentos por viagem. O interessado deverá apresentar-se, nos pontos de venda, o pedido de reserva com,

no mínimo, 12 horas de antecedência do horário previsto da partida do veículo, devendo comprovar seus dados pessoais, tanto no ato da reserva quanto do embarque, por meio de documento de identidade com foto e validade nacional, e a carteira de gratuidade intermunicipal.

O benefício da lei proporciona às pessoas com deficiência conhecer diversos lugares turísticos em Minas Gerais.

As empresas que fazem o transporte intermunicipal de passageiros em Minas ficam obrigadas, ainda, a fixar nos guichês de venda e no interior dos veículos as condições para a concessão do benefício.

No trabalho de pesquisa foi escolhida a opção pelo uso da Observação Participante justificada pela proposta de observar como uma pessoa autista comporta-se em uma viagem.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a referida lei é um grande benefício para as pessoas com deficiência e seus familiares, repassando aos beneficiados o direito de locomoção de forma gratuita, não importando sua condição financeira ou tipo de deficiência. Pensar a igualdade e a diferença é fundamental para encontrarmos formas melhores de nos relacionar e de construir soluções que interessam para todos.

2.5.3 Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994 – concede passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

A Lei nº 8.899 concede passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual. Refere-se ao transporte coletivo interestadual por ônibus, trem ou barco, incluindo o transporte interestadual semiurbano, porém sem direito a acompanhante gratuito.

O Passe Livre é emitido pelo Governo Federal e não vale para o transporte urbano ou intermunicipal dentro de um mesmo Estado, nem para viagens em ônibus executivos e leitos.

São beneficiários ao Passe Livre: portadores de deficiência física, mental, auditiva ou visual comprovadamente carentes.

Perante as normas legislativas, é considerado carente a pessoa com deficiência com renda familiar mensal per capita de até um salário-mínimo

Os tipos de transporte que aceitam o Passe Livre são: transporte coletivo interestadual convencional por ônibus, trem ou barco, incluindo o transporte interestadual semiurbano. O Passe Livre do Governo Federal não vale para o transporte urbano ou intermunicipal dentro do mesmo Estado, nem para viagens em ônibus executivo e leito.

A pessoa com deficiência consegue a autorização de viagem nas empresas do setor, por meio da apresentação da carteira do Passe Livre do Governo Federal e a Carteira de Identidade nos pontos de venda de passagens, até três horas antes do início da viagem. As empresas são obrigadas a reservar, para cada viagem, dois assentos para atender as pessoas portadoras do Passe.

Diante do exposto, pode-se afirmar, conforme dito anteriormente, que a referida lei é um grande benefício para as pessoas com deficiência, repassando aos beneficiados o direito de locomoção entre cidades de diversos Estados de forma gratuita, não importando sua condição financeira ou tipo de deficiência.

2.5.4 Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 traz em seu texto garantias que visam à integração social das pessoas com deficiência: de acesso e locomoção com eliminação das barreiras arquitetônicas (Arts. 227 e 244); de atendimento educacional e de saúde especializados (Art. 208); integração social (Art. 24 e 203); de admissão em cargos públicos (Art. 37); de benefício mensal àqueles que não possuem, por si ou por sua família, meios de prover a própria manutenção (Art. 203); e de proibição de discriminação quanto a salário e critérios para admissão do trabalhador com deficiência (Art. 7º).

A Carta Magna brasileira não traz em seu bojo, garantias constitucionais diretas em relação ao turismo para as pessoas com deficiências, incluindo pessoas

autistas, mas fortalece, com suas normas constitucionais, direitos necessários às pessoas com deficiência que, entretanto, no dia a dia, não significa poder ser exercido na prática.

2.5.5 Outras legislações relativa às pessoas com deficiência no Brasil

Na evolução mais recente da legislação, são destacados a seguir alguns instrumentos legais significativos:

- Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982 – dispõe sobre pensão especial para as pessoas com deficiência física.
- Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985 – torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas com deficiência e dá outras providências.
- Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 – dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crime e dá outras providências.
- Lei nº 8.687, de 20 de julho de 1993 – retira da incidência do Imposto de Renda benefícios percebidos por pessoas com deficiência mental.
- Lei nº 8.742, 02 de dezembro de 1993 – dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), onde no Art 2º, inclui entre os objetivos da assistência social, a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária, bem

como a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

- Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994 – concede passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
- Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995 – dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros bem como por pessoas com deficiência física e aos destinados ao transporte escolar e outras providências.
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Resolução nº 206, de 5 de dezembro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde – determina que os procedimentos relativos à educação em saúde, atendimento em grupo executado por profissionais de nível superior e visita domiciliar, sejam também prestados por profissionais de saúde vinculados às entidades filantrópicas.
- Portaria interministerial nº 3, de 10 de abril de 2001 – disciplina a concessão do passe livre às pessoas com deficiência, comprovadamente carentes no sistema de transporte coletivo interestadual, nos modais rodoviário, ferroviário.
- Instrução Normativa nº 1, de 10 de abril de 2001, da Secretaria de Transporte Aquaviários, do Ministério dos

Transportes – disciplina a concessão do passe livre à pessoa com deficiência, no transporte aquaviário. (COSTA, 2013, p.114-121).

2.5.6 Documentos Internacionais relativos às pessoas com deficiência

Diante da legislação internacional, são destacados a seguir alguns documentos internacionais, com abrangência mundial (Costa, 2013):

- 1971 – Declaração de Direitos do Deficiente Mental / ONU.
- 1975 – Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes / ONU.
- 1983 – Convenção 159 sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoa com Deficiência / OIT – Organização Internacional do Trabalho.
- 1990 – Declaração Mundial sobre Educação para Todos / Unesco.
- 1992 – Proclamação de 3 de dezembro como o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência / ONU.
- 1993 – Normas para equiparação de Oportunidades para Pessoa com Deficiência / ONU.
- 1994 – Inclusão plena e Positiva de Pessoas com Deficiência em todos os aspectos da sociedade / ONU.
- 1994 – Declaração de Salamanca e Linhas de ação sobre Educação para necessidades especiais / UNESCO.
- 1999 – Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de Discriminação contra as pessoas com deficiência (Convenção da Guatemala) / OEA.
- 2001 – Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF) / OMS – Organização Mundial

de Saúde, que substitui a Classificação Internacional de Impedimentos, Deficiência e Incapacidades / OMS de 1980.

- 2003 – Convenção Internacional para proteção e promoção dos Direitos e Dignidade das pessoas com deficiência / ONU.
- 2006 – Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência / ONU.
- 2008 – Declaração do dia 2 de abril como o Dia Mundial de Conscientização do Autismo / ONU. (COSTA, 2013, p.121-122).

2.5.7 Outros documentos - Defensoria Pública do Estado de São Paulo

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo em parceria com mães, pais e representantes de entidades ligadas ao Movimento Pró-Autista, criou uma cartilha a partir de questionamentos de familiares e profissionais sobre os direitos da pessoa com autismo e a forma de efetivá-los.

3. METODOLOGIA

O capítulo apresenta o caminho metodológico aplicado durante a pesquisa, de forma a conhecer e produzir novos conhecimentos sobre a relação entre autismo, inclusão e turismo, objetos dessa dissertação.

A pesquisa apresentada é a de abordagem qualitativa, caracterizada por explicar os resultados das informações obtidas por meio de questionários e entrevistas sem mensuração quantitativa de características ou comportamento.

A observação participante também foi utilizada, além da pesquisa bibliográfica, documental e na *internet*.

O método de análise utilizado na pesquisa foi a Fenomenologia.

3.1 Caminho Metodológico

A pesquisa científica pode ser classificada segundo os objetivos que se pretende alcançar e os procedimentos metodológicos e técnicos.

O caminho metodológico escolhido para esta pesquisa foi a abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa, em razão de ser, segundo Oliveira (2007), um processo de reflexão e análise da realidade por meio de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico.

A técnica de observação participante realiza-se por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, a fim de obter informações sobre a realidade dos atores em seu próprio contexto.

Na observação participante, segundo Oliveira (2007), o pesquisador deve interagir com o contexto pesquisado, ou seja, deve estabelecer uma relação direta com grupos ou pessoas, acompanhando-os em situações informais ou formais.

Pode ocorrer de duas formas: *observação natural*, quando a observação é parte integrante do grupo e *observação artificial*, quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de fazer pesquisa (OLIVEIRA, 2007). Nessa pesquisa, foi escolhida a observação participante do tipo observação natural, por se identificar melhor com o caso estudado.

Para a utilização da observação participante, foi realizada uma viagem entre as cidades de Belo Horizonte/MG e Rio Acima/MG, dividida em dois momentos: um primeiro trecho entre Belo Horizonte/MG e Rio Acima/MG realizado em transporte rodoviário e um segundo trecho realizado na região turística da cidade de Rio Acima/MG, realizado em transporte ferroviário utilizando-se o “Trem das Cachoeiras”. A viagem é detalhada no relatório demonstrado no Apêndice A.

O Trem Turístico Cultural de Rio Acima, batizado como “Trem das Cachoeiras”, é composto por uma locomotiva e três carros de passageiros (vagões), sendo um deles com vista panorâmica. Um percurso de 7 Km é realizado

em 55 minutos (ida e volta), a uma velocidade máxima de 12 Km/h, margeando o Rio das Velhas, entre o Município de Rio Acima e o Distrito de Honório Bicalho.

O grupo que participou da viagem foi composto pelo pesquisador e sua esposa, o viajante José e sua mãe (que sempre o acompanha em viagens). Não se retirou essa variável (a presença da mãe-acompanhante) para não introduzir uma novidade na rotina do viajante.

Durante a viagem, foi entregue uma máquina fotográfica ao viajante observado para o registro da visão do turista autista durante a viagem.

A máquina fotográfica digital utilizada foi uma VIVITAR – modelo Viviam 3315, regulada para a produção de fotos na resolução 640 x 480 *pixels*, que permite um número maior de registros de fotos. A utilização de um modelo mais simples facilitou o manuseio por parte do viajante José.

Outro instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário.

O questionário é uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo. Tem como principal objetivo descrever as características de uma pessoa ou de determinados grupos sociais (OLIVEIRA, 2007).

Utilizou-se, assim, da coleta de dados por meio de questionários para a avaliação da importância do turismo na vida das pessoas com autismo e de como empresários do setor consideram sua participação no atendimento das pessoas autistas ou com deficiência.

Os dados foram coletados nos meses de novembro/14 a fevereiro/15 com familiares de pessoas autistas, empresas de turismo, profissionais psicólogos, médicos, fonoaudiólogos, pedagogos, professores e outros profissionais, conforme Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 – Quantitativo de pesquisados

PESQUISADOS	QUANTITATIVO
Familiares de pessoas autistas	03
Psicólogos	10
Pedagogos/Professores	20
Fonoaudiólogos	02
Profissionais de turismo	10
Outras Profissões	42
TOTAL	87

Fonte: Questionários realizados pelo pesquisador (2015)

Segundo Oliveira (2007), não existe um número padrão definido para um questionário. No entanto, deve-se procurar formular questões precisas e em número razoável para não ocupar o pesquisado por mais de trinta minutos.

Foram definidas 12 perguntas para o questionário sobre a avaliação da importância do turismo na vida das pessoas com autismo e 10 perguntas para o questionário sobre como empresários do setor consideram sua participação no atendimento das pessoas autistas ou com outra deficiência.

Uma vez elaborados os questionários, foi realizado um pré-teste para identificação de possíveis falhas e necessidades de ajustes.

Durante o período de pré-teste foi observado que as perguntas formalizadas tinham um tempo total de resposta entre 10 a 15 minutos, o que foi comprovado durante a aplicação efetiva dos questionários aos participantes da pesquisa, dentro, portanto, do tempo considerado como aceitável por Oliveira (2007).

Quanto à aplicação dos questionários, segundo Oliveira (2007), é necessária uma “dose” de sensibilidade para “conquistar” o entrevistado(a) a fim de que se sinta motivado e à vontade para responder e ter consciência de que está colaborando para o avanço do conhecimento. O questionário pode ser aplicado pelo pesquisador ou ser enviado pelos correios ou via *internet*, sendo indispensáveis, os devidos esclarecimentos quanto aos objetivos da pesquisa.

Diante do exposto, o pesquisador aplicou os questionários conforme as formas mencionadas por Oliveira (2007):

- a) pessoalmente, apresentando-se como pesquisador de um trabalho de mestrado, informando o objetivo da pesquisa, validade e confiabilidade das informações prestadas pelo entrevistado;
- b) por *e-mail*, com o envio do questionário, explicando o objetivo da pesquisa e de retorno das informações. Para esses entrevistados, foi realizado um telefonema antes do envio da pesquisa com o objetivo de repassar os devidos esclarecimentos quanto aos propósitos da pesquisa e do tempo de retorno da resposta.

O questionário pode ser constituído de questões abertas, com as quais fica inteiramente à vontade para responder o que achar necessário, podendo a sua resposta ser ampla. Já no questionário de questões fechadas o informante assinala os itens segundo seu ponto de vista, enquanto no de questões de múltipla escolha, o informante pode optar por assinar vários itens para dar sua resposta (OLIVEIRA, 2007, p.84).

Diante do exposto, o autor dessa pesquisa optou em construir os questionários com questões de múltipla escolha, orientando o entrevistado, em algumas questões, sobre a necessidade de justificativa de sua escolha.

Em razão da presente pesquisa ser um trabalho acadêmico pioneiro a tratar a relação entre autismo, inclusão e turismo e de não ser terem sido encontrados trabalhos semelhantes, a escolha do universo e amostra de pessoas a serem pesquisadas foram definidas pelo autor, conforme segue.

Pessoas pesquisadas – Familiares de autistas de seu conhecimento, profissionais do ramo da saúde (médicos, psicólogos), profissionais de educação (pedagogos e professores) e profissionais de turismo e outros profissionais de contato do autor.

Abrangência da pesquisa – Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Salvador/BA, São Paulo/SP, Santos/SP (local de residência dos informantes).

Em relação aos profissionais de turismo alcançados pela aplicação do questionário sobre como as empresas do setor avaliam sua participação no atendimento das pessoas autistas e com outras deficiências, a escolha iniciou-se do conhecimento e relacionamento que o autor possui no mercado turístico em razão de ser proprietário de uma agência de viagens.

A seguir, as Tabelas 3 e 4 informam sobre essa etapa da pesquisa.

Tabela 3 – Questionário para pessoa física

LOCAL	PESQUISADOS	PERIODO
Belo Horizonte/MG	Profissionais de fonoaudiologia, professores e demais profissionais	Novembro/14
Brasília/DF	Familiares de pessoas autistas, médicos, psicólogos, pedagogos, professores e demais profissionais	Dezembro/14 a Fevereiro/15
Salvador/BA	Familiares de pessoas autistas	Fevereiro/15
Santos/SP	Demais profissionais	Fevereiro/15

Fonte: Questionários realizados pelo pesquisador (2015)

Tabela 4 – Questionário para pessoa Jurídica

LOCAL	NÚMERO DE PROFISSIONAIS	PERIODO
Brasília/DF	8 profissionais de turismo	Janeiro/15
São Paulo/SP	2 profissionais de turismo	Janeiro/15

Fonte: Questionários realizados pelo pesquisador (2015)

O modelo dos questionários está demonstrado no Apêndice B.

Outro instrumento de pesquisa utilizado foi a técnica de entrevista.

Segundo Oliveira (2007), entrevista é um excelente instrumento de pesquisa por permitir a interação entre o pesquisador e entrevistado, bem como, a obtenção de descrições detalhadas sobre o que se está pesquisando. É preciso

que o entrevistador não interfira nas respostas do entrevistado, limitando-se a ouvir e/ou gravar a sua fala.

Foi realizada uma entrevista com o José (foco da principal observação), no final da viagem a Rio Acima/MG, para detectar seus sentimentos em relação aos efeitos da viagem em sua vida.

Destaque-se que em razão de sua situação como autista, as perguntas foram simplificadas e diretas, em razão de sua compreensão.

Essa entrevista foi criada com cinco perguntas diretas sobre a viagem à cidade de Rio Acima/MG, respondida pelo informante e registrada pelo pesquisador após a viagem de trem.

O documento está demonstrado no Apêndice C.

Por fim, resta comentar sobre a utilização da pesquisa bibliográfica, documental e na *internet*.

A pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos. Pode-se afirmar que grande parte de estudos exploratórios fazem parte desse tipo de pesquisa e apresentam como principal vantagem um estudo direto em fontes científicas, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica (OLIVEIRA, 2007 *apud* SANTOS, 2007, p.171).

A relação dos documentos de domínio científico utilizados nessa dissertação encontra-se no item “Referências”.

Outra pesquisa utilizada foi a pesquisa documental, muito semelhante a pesquisa bibliográfica.

A documentação caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagem de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação (OLIVEIRA, 2007).

A relação dos documentos da pesquisa documental utilizados nessa dissertação encontra-se no item “Referências”.

Por fim, também foi utilizada a pesquisa na rede mundial de computadores.

Na contemporaneidade, segundo Oliveira (2007) a *internet* lançada em 1969, como uma rede militar durante a chamada Guerra Fria, se constitui em uma ferramenta indispensável para a humanidade para informações rápidas sobre os mais diversos assuntos. Ao pesquisador, facilita o acesso aos periódicos científicos, às bibliotecas virtuais, além de oferecer informações sobre os mais variados temas que queira estudar.

Foram acessados *sites* de órgãos da administração pública e privada, periódicos, revistas e associações assemelhadas ao objeto dessa pesquisa.

A relação dos acessos à pesquisa na internet utilizados nessa dissertação encontra-se no item "Referência Eletrônica".

Por fim, observa-se que a presente dissertação é de natureza fenomenológica, em razão de permitir ao autor perceber e descrever a percepção dos sentimentos vividos pelo viajante José em uma viagem pelas montanhas de Minas Gerais.

A palavra fenomenologia surgiu a partir do grego *phainesthai*, que significa "aquilo que se apresenta ou que se mostra", e *logos* é um sufixo que quer dizer "explicação" ou "estudo".

Pela Fenomenologia, os fenômenos do mundo podem ser pensados pela ótica das percepções mentais de cada indivíduo, daí a importância de se estudar a essência das coisas.

O filósofo francês Merleau-Ponty (2006) considera que o Homem inicialmente o observa e percebe aquilo que se revela à sua consciência em completo acordo com sua forma, do ponto de vista da sua capacidade perceptiva. Na conclusão desse processo, a matéria externa é inserida em seu campo consciencial, convertendo-se, assim, em um fenômeno.

A base do conhecimento está, portanto, na capacidade de perceber o que nos cerca, o que implica também no processo de dar significado ao que foi captado pelos sentidos, para que se possa realizar as necessárias conexões entre os objetos perceptíveis, o que torna possível vê-los como um todo (Merleau-Ponty, 2006).

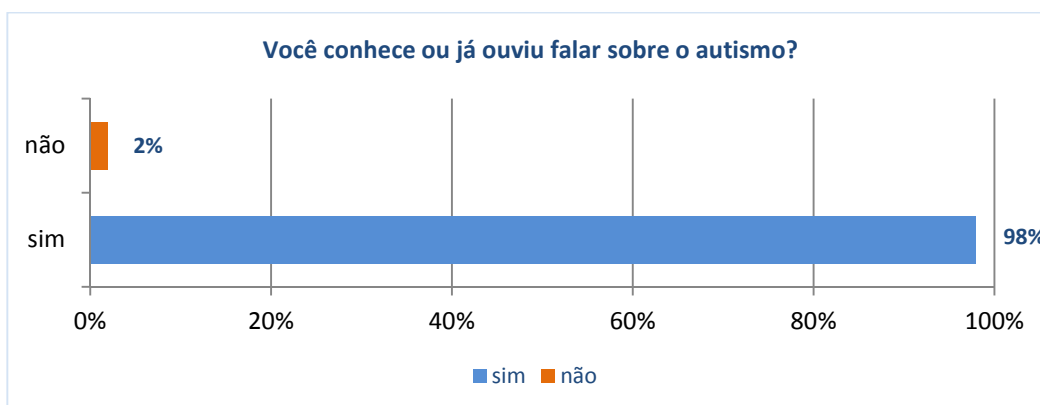
4. RESULTADOS

O capítulo apresenta os resultados da aplicação dos 77 questionários sobre a avaliação do turismo na vida das pessoas com autismo, direcionados aos familiares de pessoas autistas, profissionais de diversas áreas - fonoaudiólogos, médicos, pedagogos, professores e outras profissões; e sobre como empresas do setor avaliam sua participação no atendimento das pessoas autistas e com deficiência, direcionadas a profissionais do *trade* turístico.

4.1 Resultado da pesquisa sobre a avaliação do turismo na vida das pessoas com autismo.

As pessoas que participaram da pesquisa, conforme descrito no capítulo sobre metodologia foram: 10 psicólogos, 20 pedagogos/professores, dois fonoaudiólogos, três familiares de pessoas autistas e 42 oriundas de outras profissões.

1) Você conhece ou já ouviu falar sobre o autismo?



Os dados mostram que 98% dos respondentes conhece ou já ouviu falar sobre o autismo. Atualmente, o "Autismo" é abordado em vários canais de

comunicação – jornais, revistas, televisão com acesso a toda a sociedade, o que, *a priori*, demonstra uma forma de disseminação do conhecimento sobre o assunto.

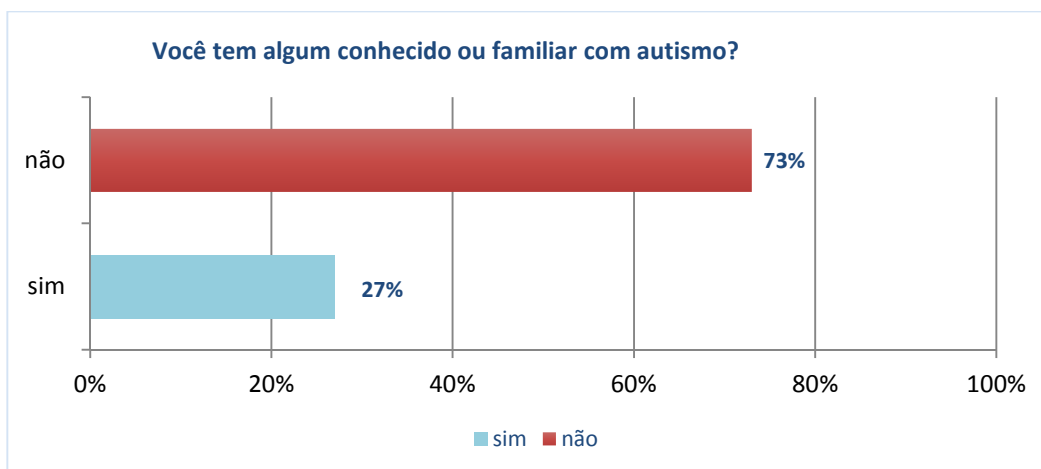
Diante do exposto, é possível afirmar que mesmo com o avanço dos estudos e o conhecimento cada vez maior em relação a causas e tratamentos, quase sempre o autismo é visto como mistério. O fato de ter conhecimento não tem facilitado e permitido uma inclusão de forma natural, principalmente em razão das diferenças e desigualdades com as pessoas autistas e, de modo geral, com as pessoas com deficiências (BULGARELLI, 2008).

Segundo Bulgarelli (2008), lidar com as diferenças não é algo fácil. Se fosse fácil, não estaríamos produzindo tantas desigualdades em relações de toda ordem. Não é o conhecimento sobre o que é diferente que nos torna justos ou injustos em relação a ele.

“As pessoas querem e devem ser tratadas com respeito e com igualdade no acesso às oportunidades, aos serviços e benefícios oferecidos pela sociedade – e querem ser consideradas como são, com todas as suas características” (BULGARELLI, 2008. p. 64).

Mesmo assim, é preciso que as associações e ONGs ligadas ao assunto, governo e sociedade como um todo, continuem a divulgar e disseminar conhecimento e manter leis específicas sempre atualizadas como forma de alterar a cultura preconceituosa sobre o autismo, reduzindo o “olhar de diferença e desigualdade” que tanto prejudica as relações entre as pessoas com e sem essa síndrome.

2) Você tem algum conhecido ou familiar com autismo?



Os dados apresentam que uma em cada três pessoas pesquisadas tem algum conhecido ou familiar com autismo.

Deve-se ressaltar que o resultado da coleta de dados da pesquisa não reflete a população autista prevista em 0,62% da população brasileira, estimada em 1.182.643 habitantes (MELLO, ANDRADE, CHEN HO, DIAS. 2013).

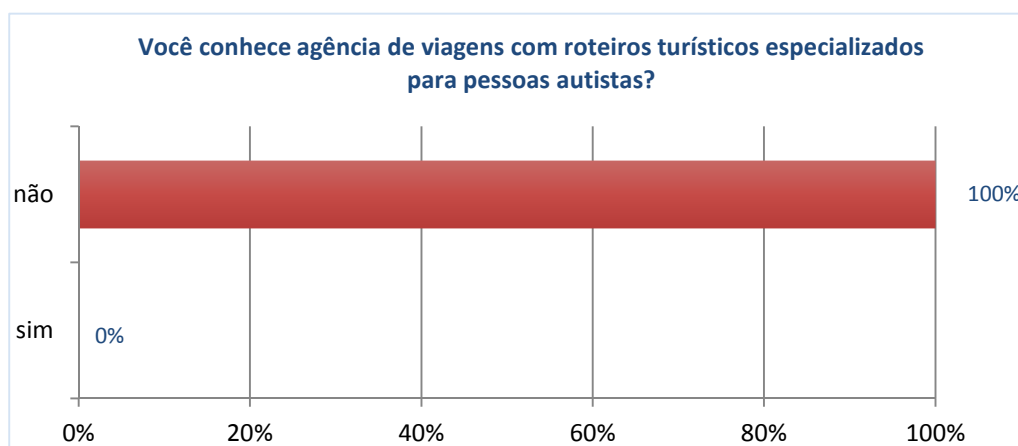
Em razão de ser um trabalho acadêmico pioneiro a tratar a relação entre autismo, inclusão e turismo não foram encontrados trabalhos que tratassem do tema sob a ótica desejada. Assim, foi proposta pelo autor um projeto piloto com a escolha do universo e amostra de respondentes, assim definida: familiares de autistas de seu conhecimento, profissionais do ramo da saúde (médicos, psicólogos), profissionais de educação (pedagogos e professores) e profissionais de turismo e outros profissionais.

Diante do resultado, pode-se afirmar que conviver com pessoas autistas é uma realidade das pessoas pesquisadas e, de certa forma, pode ser refletida para a sociedade. Conviver e conhecer as pessoas autistas pode facilitar a aceitação da diferença, mas não se pode afirmar, com o resultado apresentado, se tal aceitação facilita a inclusão social das pessoas com essa deficiência.

Conforme descrito no item anterior, é preciso que toda a sociedade, em destaque, as associações e ONGs ligadas ao assunto e governo continuem a

divulgar e disseminar conhecimento e manter leis específicas sempre atualizadas como forma de alterar a cultura preconceituosa sobre o autismo, reduzindo o “olhar de diferença e desigualdade” que tanto prejudica as relações entre as pessoas com e sem essa síndrome.

3) Você conhece agência de viagens com roteiros turísticos especializados para pessoas autistas?



Os dados da pesquisa refletem o resultado do Estudo de Perfil de Turistas – Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2013) em que “os operadores turísticos, atendentes e agências de viagens não apresentam tratamento diferenciado e nem o desenvolvimento de serviços e produtos focados nas demandas e necessidades dos turistas – pessoas com deficiência”, incluindo pessoas autistas.

Em pesquisa na rede mundial de computadores, bem como de conhecimento profissional do autor dessa dissertação, identificou-se apenas a Operadora Turismo Adaptado, com sede em São Paulo, que elabora produtos turísticos acessíveis, pesquisa e prepara roteiros e destinos para atender pessoas com deficiência. Apesar de não citar especificamente pessoas autistas, pode-se afirmar que a operadora também opere serviços para pessoas autistas, em razão da missão apresentada em seu sítio eletrônico de “trabalhar para promover a acessibilidade e inclusão no lazer e turismo para pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e

necessidades específicas. Assim trabalhamos para que dentro da área que forma o lazer e turismo, sejam eliminadas barreiras arquitetônicas, comunicacional, metodológica, instrumental (tecnologia assistiva), programática (normas ou regulamentos) e atitudinal”. (TURISMO ADAPTADO, 2015)

Um projeto destinado a pessoas com deficiência, inclusive para pessoas autistas, é o projeto Praia sem Barreiras, uma iniciativa da Secretaria de Turismo de Pernambuco e operacionalizado pela Empresa de Turismo de Pernambuco – EMPETUR.

O projeto Praia sem Barreiras (BRAZTOA, 2013) tem por finalidade oferecer condições, no sentido de garantir um dos direitos constitucionais, o de “ir e vir dos cidadãos” seja para os pernambucanos, para os visitantes ou para os turistas com algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida que desejam visitar ou conhecer praias do litoral pernambucano e usufruir de momentos de lazer inclusivo a partir de um saudável banho de mar assistido.

O projeto conta com intervenções nas praias de Sueste (Fernando de Noronha), Boa Viagem (Recife/PE), Porto de Galinhas (Ipojuca/PE) e Bairro Novo (Olinda/PE) que podem ser direcionadas as pessoas autistas e demais deficiências com destaque para as cadeiras de rodas anfíbias para o banho assistido com a ajuda de profissionais qualificados, inclusive em surfe.

Segundo o levantamento apresentado pela EMPETUR (2013) para cada praia integrante do projeto, o número de visitantes com deficiência/mês é:

- Praia do Sueste (Ilha de Fernando de Noronha-PE): média de 10 visitantes/mês;
- Praia da Boa Viagem (Recife-PE): média de 600 visitantes/mês;
- Praia de Porto de Galinhas (Ipojuca-PE): média de 250 visitantes/mês;
- Praia do Bairro Novo (Olinda-PE): média de 170 visitantes/mês.

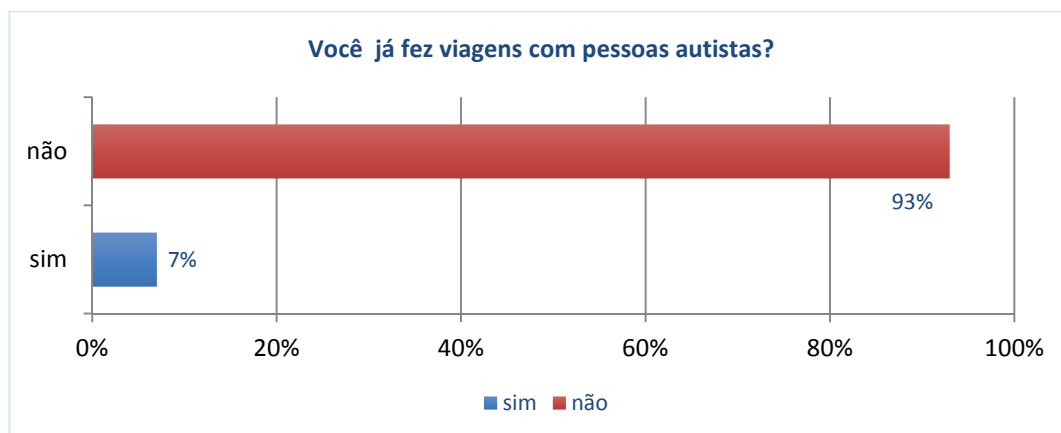
Não há dados específicos para viajantes autistas, mas diante do exposto, pode-se afirmar que a coleta de dados e os conceitos apresentados nessa dissertação demonstram que há um grande nicho de mercado a ser desenvolvido, com o atendimento e criação de produtos e serviços destinados exclusivamente para pessoas com autismo, estimadas em 1,18 milhão de habitantes, (MELLO, ANDRADE, CHEN HO, DIAS. 2013) e de pessoas com deficiência, estimadas em 45 milhões de habitantes, segundo censo IBGE (2010), número que certamente é maior, no caso do turismo, uma vez que de modo geral, as pessoas com deficiência viajam acompanhadas

A utilização de pacotes turísticos destinados a pessoas com deficiência ajuda no planejamento antecipado de viagens, podendo prevenir a ocorrência de problemas e possibilitando maior segurança ao viajante com deficiência.

Segundo o Estudo do Perfil de Turistas – Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2013. p.23), “quando essas são opções da pessoa com deficiência (pacotes turísticos), ele então se sente mais tranquilo em relação ao planejamento. O entendimento é que passa a ser da agência/empresa/grupo, a responsabilidade pelos problemas que, por ventura, venham a ocorrer. Viagens longas ou para locais desconhecidos pedem um planejamento mais criterioso”

Pode-se, também, avaliar que é apropriada a utilização em maior escala da mídia – tradicional, digital e alternativas para a comunicação e o repasse de informações sobre roteiros turísticos com acessibilidade para pessoas autistas, bem como, a necessidade de maior ação por parte dos órgãos competentes – governo, *trade* turístico, a incentivar Operadores de Turismo e Agências de viagens na criação de roteiros e serviços turísticos voltados para pessoas autistas e demais deficiências.

4) Você já fez viagens com pessoas autistas?



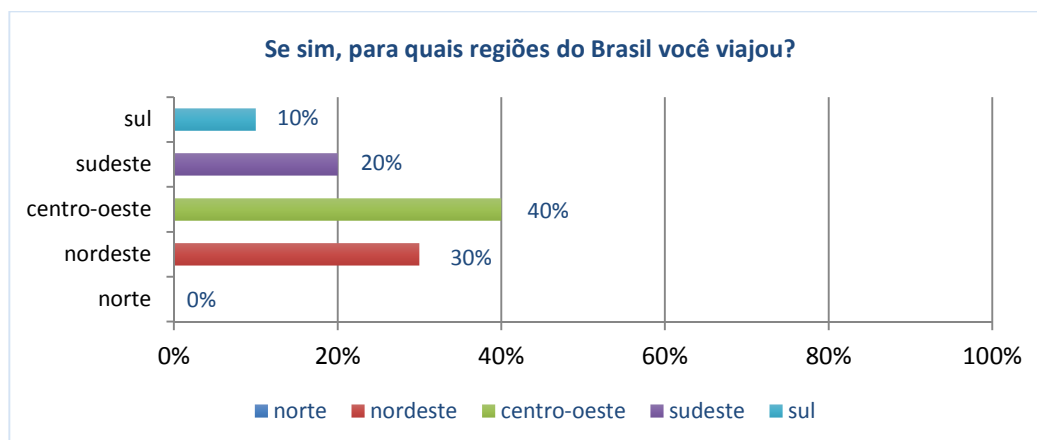
Os dados indicam que 93% dos pesquisados nunca realizou viagens com pessoas autistas. Esse índice corrobora as respostas à pergunta dois, em que a maioria das pessoas não tinha um conhecido ou familiar com autismo (73%).

Diante do exposto, é possível supor que as pessoas que fizeram viagens com conhecido ou familiar autista (7%), parecem desconhecer a existência de atendimento em empresa especializada, o que, por sua vez, pode levar à suposição de que a viagem pode ter sido realizada de forma própria e independente de pacotes especializados.

O resultado da pesquisa reflete o Estudo de Perfil de Turistas (BRASIL, 2013). Segundo o estudo, a “existência também daqueles que ficam na dependência de outra pessoa para realizar a viagem com sucesso. Isso restringe um pouco o número de viagens. Existem também aqueles que se condicionam ao desejo do outro, no caso, o acompanhante” (BRASIL, 2013).

Identifica-se semelhança com a viagem de observação participante em que o viajante José foi acompanhado pela sua mãe, fato costumeiro, devido o mesmo viajar sempre com a mãe, em razão da sua deficiência.

5) Se sim, para quais regiões do Brasil você viajou?



A pesquisa mostrou uma variedade de preferências entre os respondentes apontando as regiões do Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste como as regiões mais viajadas com seus familiares autistas.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a maior tendência pela região Centro-oeste justifica-se pelo fato da pesquisa ter tido uma maior concentração de respondentes de Brasília/DF, que tradicionalmente realizam viagens para cidades da região, como Caldas Novas e Pirenópolis.

Os dados da pesquisa, também, refletem o resultado apresentado pelo Estudo de Perfil de Turistas – Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2013), que identificou uma diversificação dos respondentes em relação à visita de cidades turísticas pelo país. No estudo, quando questionado a experiência turística dos respondentes, foram citadas 45 cidades sendo 91% – 41 cidades, localizadas nas regiões Centro-oeste, Nordeste e Sudeste, o que assemelha ao resultado identificado na pesquisa, somando-se as três regiões (90%).

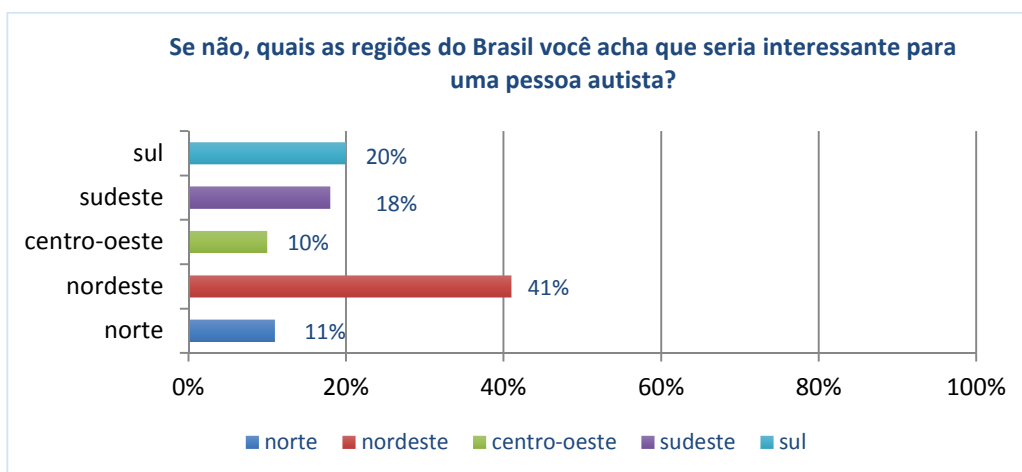
Durante o trabalho de pesquisa foram identificados projetos em todo o país que propiciam a busca pelo crescimento turístico para pessoas com deficiência, principalmente nas praias brasileiras.

O projeto Praia sem Barreiras (BRAZTOA, 2013) desenvolvido pela Empresa de Turismo de Pernambuco – EMPETUR é um bom exemplo de como facilitar o

acesso de pessoas autistas e com outras deficiências em locais turísticos, e que pode ser estendido a diversas praias do Nordeste e de todo o país.

Outro exemplo é o Programa “Praia Acessível” desenvolvido pela prefeitura de Santos/SP e o governo de São Paulo. Pessoas com deficiência e com outras dificuldades de mobilidade podem tomar banho de mar em Santos, com as facilidades do programa. Durante os finais de semana da temporada de verão, a prefeitura disponibiliza cadeiras de rodas adaptadas (anfíbias) gratuitamente, das 10h às 17h, em frente ao Aquário, na Ponta da Praia, e em uma barraca ao lado do canal 3, locais turísticos de Santos/SP.

6) Se não, quais as regiões do Brasil você acha que seria interessante para uma pessoa autista?



Nesse quesito, os dados demonstram uma variedade de preferências a respeito de regiões turísticas para os viajantes autistas, com destaque para a região Nordeste (41%).

Segundo a Associação Brasileira de Operadoras de Turismo – BRAZTOA, em seu Anuário 2014, ao detalhar o número de passageiros para destinos domésticos por região, ressalta o desempenho da região Nordeste, onde o número de passageiros saiu de 2,3 milhões de passageiros em 2012 para 2,7 milhões em 2013 mantendo-se como a região mais visitada do país (BRAZTOA, 2014).

O documento da BRAZTOA demonstra a preferência das pessoas em viajar para o Nordeste. O resultado do Anuário é o somatório de todas as viagens adquiridas nas Operadoras por viajantes com e sem deficiência, resultado que assemelha ao obtido com os dados da pesquisa com a preferência pela região Nordeste em 41%.

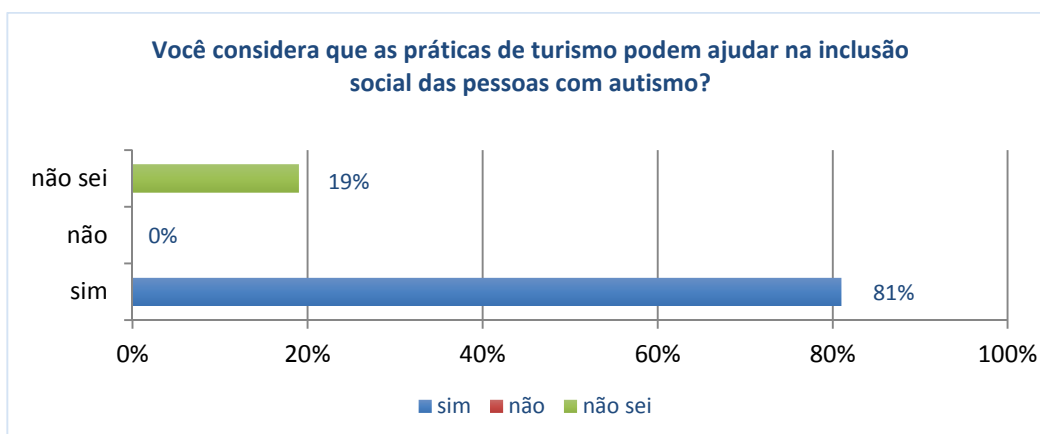
Diante do exposto, pode-se afirmar que a preferência em viajar e os locais desejados podem ser os mesmos, independentemente de haver deficiência ou não, demonstrando uma igualdade de desejos.

Conforme dito anteriormente, o projeto Praia sem Barreiras (BRAZTOA, 2013) desenvolvido pela Empresa de Turismo de Pernambuco – EMPETUR é um bom exemplo de como facilitar o acesso de pessoas autistas e com demais deficiências em locais turísticos, e que pode ser estendido a diversas praias do Nordeste e de todo o país.

Outro projeto em praias da região Nordeste é o projeto “Praia Acessível” é desenvolvido em parceria com o Governo do Estado do Ceará e iniciado no primeiro semestre de 2015.

O projeto prevê a disponibilidade de cadeiras anfíbias para o banho de mar assistido – com ajuda de profissionais qualificados –, vagas de estacionamento reservadas e sinalizadas, piso tátil, sanitários e chuveirões adaptados e esteira especial de expansão do calçadão à faixa de areia próxima ao mar.

7) **Você considera que as práticas de Turismo podem ajudar na inclusão social das pessoas com Autismo?**



O resultado demonstra que 81% dos pesquisados entende que as práticas de turismo - viagens, hospedagens, passeios podem ajudar na inclusão social das pessoas com autismo.

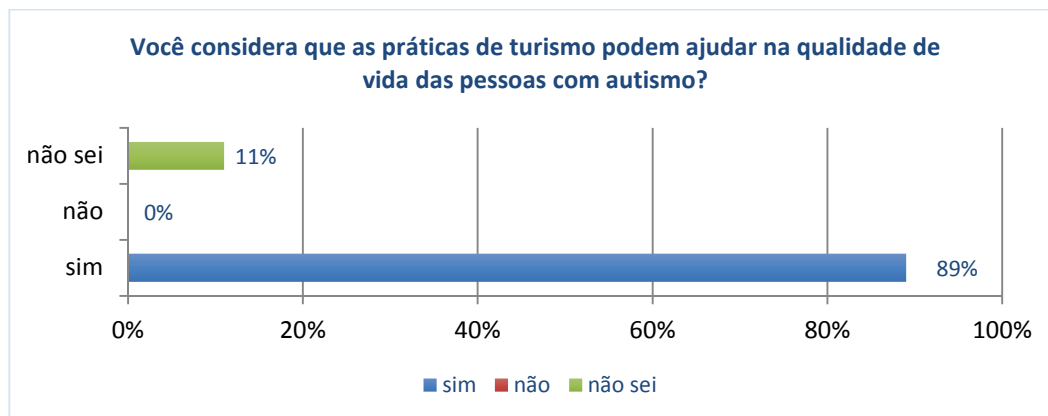
Algumas citações dos respondentes da pesquisa demonstram o resultado identificado:

- “É importante possibilitar que os autistas tenham acesso as novas experiências, lugares e culturas. Isso pode ser determinante no tratamento contínuo”.
- “Conhecer sempre outros lugares longe de seu convívio e estar com pessoas diferentes, faz com que percebam que existe um mundo de fora para ser disfrutado.”
- “É uma forma de ajudar na inclusão no meio social”.

Deve-se, segundo Krippendorf, (2012) “assegurar e otimizar a satisfação das múltiplas necessidades turísticas dos indivíduos de todas as camadas sociais no âmbito das instalações adequadas ao turismo”.

Pode-se afirmar que tratar de forma igual o viajante autista é reconhecer suas necessidades de viagem, ofertando-lhe atendimento especializado, entrada em locais turísticos com prioridade respeitando sua deficiência, hospedagem que propicie menos barulho e ruídos. Dessa maneira, respeitando suas necessidades, a pessoa autista tem a chance de incluir-se na sociedade de forma igualitária.

8) Você considera que as práticas de Turismo podem ajudar na qualidade de vida das pessoas com Autismo?



Os dados demonstram que 81% dos pesquisados entende que as práticas de turismo - viagens, hospedagens, passeios podem ajudar na qualidade de vida das pessoas com autismo.

O conceito de qualidade de vida, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (1995), é "a percepção do indivíduo de sua inserção na vida no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações".

A qualidade de vida pode ser analisada por aspectos objetivos e subjetivos que atendam a percepção do indivíduo.

Segundo Minayo (2000), "a esfera objetiva de percepção de qualidade de vida lida com a garantia e satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, saúde e lazer" (MINAYO, 2000 *apud* ALMEIDA, GUTIERREZ, MARQUES, 2012. p. 23).

Já a esfera subjetiva de percepção de qualidade de vida, Minayo (2000) trata da "percepção com valores não materiais como amor, felicidade, solidariedade, inserção social, realização pessoal e felicidade. Logo, como se trata de uma perspectiva subjetiva de ações, é sempre necessário considerar as infinitas possibilidades individuais de percepção, conceituação e valorização dessas variáveis imensuráveis objetivamente, como, por exemplo, o sentimento de prazer

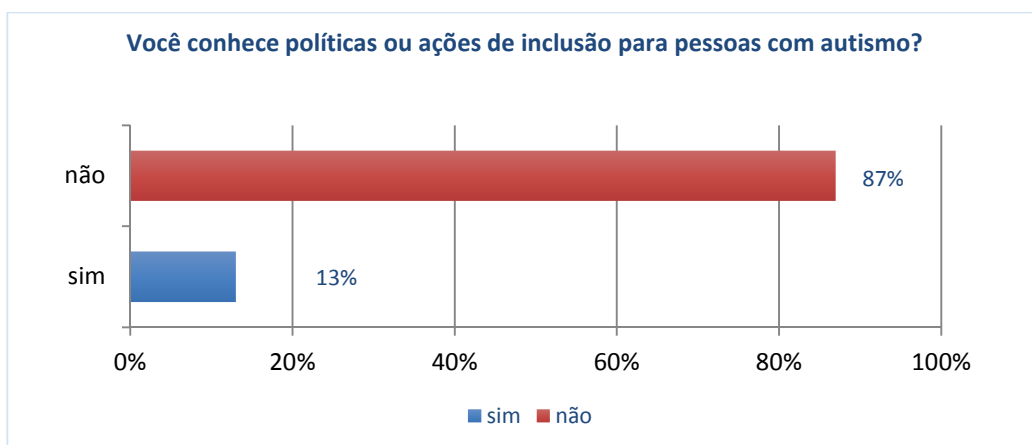
em diferentes situações do cotidiano, que se expressa de formas distintas entre sujeitos. Isso se exemplifica na afirmação de que a melhoria da qualidade de vida está atrelada à busca pela felicidade.” (MINAYO, 2000 apud ALMEIDA, GUTIERREZ, MARQUES, 2012. p. 26).

Diante do exposto, pode-se afirmar que as práticas de viagens, tanto na esfera objetiva – lazer, quanto na esfera subjetiva – busca pela inserção social, propiciam aumento da qualidade de vida dos viajantes, sejam pessoas deficientes ou não.

Algumas citações apresentadas na coleta das informações demonstram a percepção de que as práticas de turismo - viagens, hospedagens, passeios podem ajudar na qualidade de vida das pessoas com autismo:

- “Sim, todas as ações de inclusão devem ajudar na qualidade de vida do autista”;
- “A descoberta de novas culturas e realidades sempre afeta positivamente a qualidade de vida das pessoas”;
- “Considero que viajar ajuda na qualidade de vida de todas as pessoas.”

9) Você conhece políticas ou ações de inclusão para pessoas com Autismo?



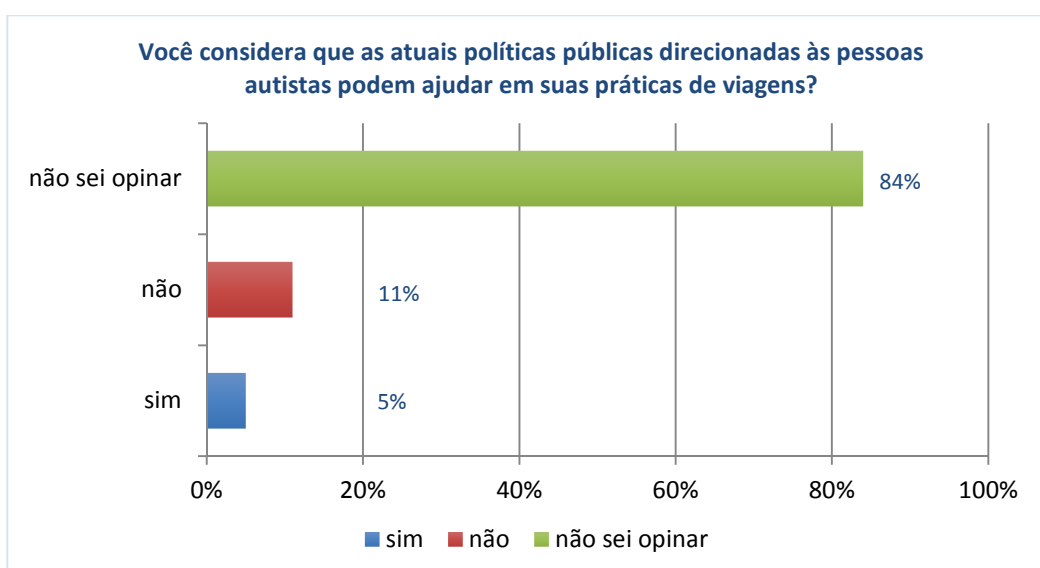
Os dados demonstram que 87% dos pesquisados não conhece políticas ou ações de inclusão para pessoas com autismo, mesmo com a publicação recente, por exemplo, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conhecida como Lei Berenice Piana.

Segundo Costa (2013, p.126), “a sociedade precisa ser informada sobre como identificar uma pessoa com Transtorno do Espectro Autista, ou seja, que se crie uma cultura para identificar, respeitar e cuidar dessas pessoas com autismo, protegendo-as de agressões, negligências, discriminações”.

Diante do exposto pelo autor, pode-se afirmar conhecendo as normas que regem a sociedade, o ser humano pode aprender a respeitar o outro ser humano, independentemente de sua condição, que o que nos identifica como seres humanos seja nossa capacidade de respeitar e ajudar o nosso “semelhante”, construindo, assim, uma sociedade mais solidária.

Pode-se, ainda, afirmar que uma divulgação com maior escala da mídia – tradicional, digital e alternativas para a comunicação, repasse das informações e debates sobre o assunto para conhecimento de toda a sociedade é uma forma de diminuir o desconhecimento das políticas públicas e ações de inclusão para pessoas com autismo.

10) Você considera que as atuais políticas públicas direcionadas às pessoas autistas podem ajudar em suas práticas de viagens?



Os dados coletados demonstram que 84% dos pesquisados não soube opinar se as atuais políticas públicas direcionadas às pessoas autistas podem ajudar em suas práticas de viagens, o que demonstra uma falta de conhecimento das políticas existentes.

A política pública é concebida como o conjunto de ações desencadeadas pelo Estado - no caso brasileiro, nas escalas federal, estadual e municipal -, com vistas ao atendimento a determinados setores da sociedade civil.

Perante a citação apresentada, pode-se afirmar que a falta de conhecimento das políticas públicas demonstradas na coleta de dados do pergunta nove (“Você conhece políticas ou ações de inclusão para pessoas com autismo?”) propicia a falta de posicionamento e opinião dos respondentes da atual pergunta.

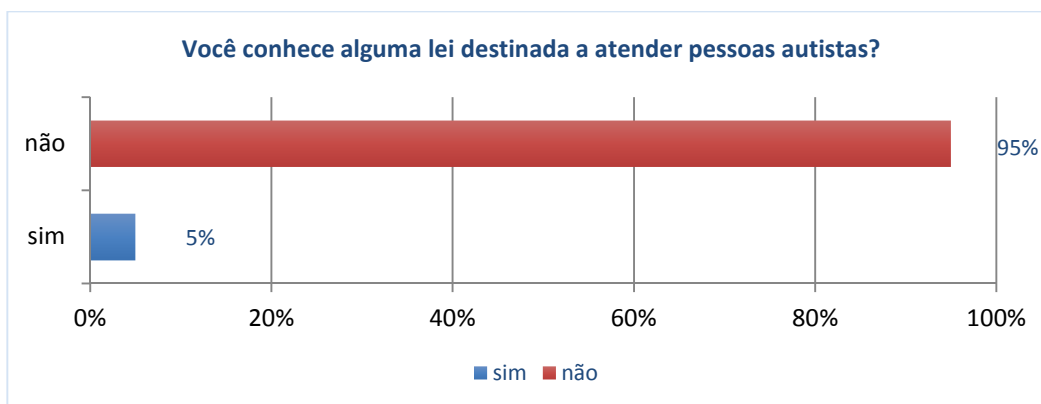
Segundo Costa (2013), existem trinta principais instrumentos legais entre leis, decretos, portarias e resolução que abordam o tema (deficiência e autismo), como a Lei 12.764, de 28/12/12 sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e a Lei 8.899, de 29 de junho de 1994 que concede passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

Algumas citações apresentadas na coleta das informações demonstram o desconhecimento:

- “Não conheço as políticas públicas direcionadas às pessoas autistas”;
- “Nunca conheci uma política de viagens para autistas”.

Conforme dito anteriormente, pode-se afirmar que uma maior divulgação nos diversos canais da mídia das políticas públicas e ações de inclusão para pessoas com autismo é uma importante maneira de diminuição do desconhecimento dessas políticas por parte dos respondentes e da sociedade.

11) Você conhece alguma lei destinada a atender pessoas autistas?



Os dados demonstram que 95% dos pesquisados não conhece alguma lei destinada a atender pessoas autistas.

A Lei é concebida como uma norma jurídica aprovada pelo legislativo, promulgada pelo executivo e entregue ao judiciário para que se cumpra e se faça cumprir.

No caso de leis, o conhecimento dos cidadãos é fundamental, pois são eles que normalmente exigem das autoridades o seu efetivo cumprimento.

Menos da metade da população global (40%) tem algum conhecimento sobre a existência de leis que dão direito ao acesso às informações do governo, segundo o relatório pioneiro 2015 Open Government Index (Índice de Governos Abertos). A pesquisa, realizada ao longo de dois anos, fez entrevistas presenciais ou on-line nas principais cidades do planeta para identificar o quanto os cidadãos do mundo tem consciência de direitos como, por exemplo, o de ter acesso à legislação vigente, aos arquivos públicos e de se manifestar livremente (GLOBO, 2015).

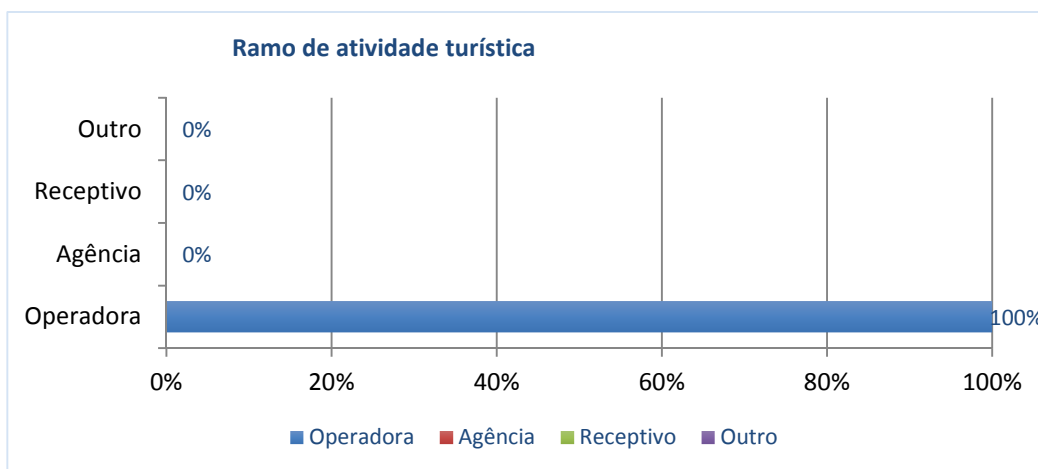
Perante a citação apresentada, pode-se novamente afirmar que o desconhecimento da legislação vigente para pessoas com autismo demonstra a necessidade de uma maior divulgação no repasse das informações e debates sobre o assunto para conhecimento de toda a sociedade.

Dentre os informantes que responderam conhecer alguma lei destinada a atender pessoas autistas, a referência foi à Lei Berenice Piana, que institui os Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Vale salientar, que há outros instrumentos legais que afetam a vida de pessoas autistas, além da Lei Berenice Piana, como a Lei 8.742 que beneficia a pessoa com deficiência com a garantia de renda de um salário mínimo para aquele que não possui meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; e a Lei 8.899 que concede passe livre às pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

4.2 Resultado da pesquisa sobre como empresários do setor avaliam sua participação no atendimento a pessoas autistas e com deficiência.

1) Ramo de atividade turística



O objetivo dessa etapa da coleta dos dados foi identificar as tipologias das empresas de turismo relacionadas ao tema em tela.

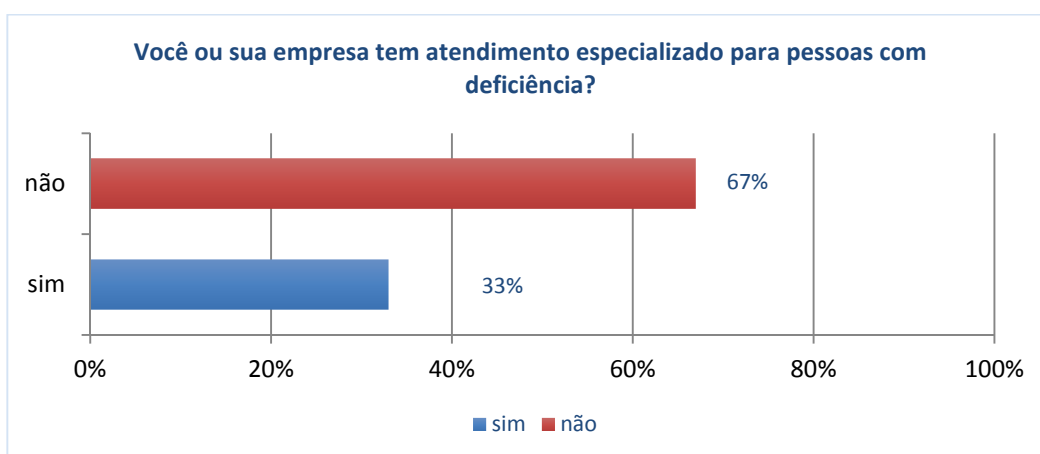
Conceituando a tipologia apresentada na pesquisa, segundo Tomelin (2001), **Agências de viagens** são empresas que revendem viagens com roteiros preestabelecidos tipo “pacotes” que são organizados por Operadoras de turismo. **Operadores de turismo** são empresas criam produtos e serviços e repassam seus produtos às agências de viagens e em alguns casos, a clientes finais. Essas

empresas possuem acordos comerciais com rede de hotéis, companhias aéreas, companhias marítimas, dentre outros, ou até mesmo, proprietária de hotéis e outras empresas de turismo, o que propicia a criação de produtos e serviços. Por fim, **Agências de viagens receptivas** são empresas que prestam serviços para as operadoras e agências de viagens por meio do oferecimento ao turista de uma gama variada de serviços, como traslados entre aeroporto e hotel (e vice-versa), *city tours* e assessoria ao cliente enquanto ele estiver no destino da viagem.

Foram pesquisados dez profissionais de empresas turísticas com a tipologia de Operadora de turismo conforme descrito na metodologia dessa dissertação.

Vale ressaltar que no âmbito dos profissionais entrevistados, não foram identificados representantes das empresas Turismo Adaptado e *Royal Caribbean* citadas no decorrer dessa dissertação, muito em função do autor da pesquisa já ter conhecimento do atendimento especializado para as pessoas com deficiência, em especial para pessoas autistas.

2) Você ou sua empresa tem atendimento especializado para pessoas com deficiência?



Os dados apresentam que 67% das empresas pesquisadas não tem atendimento especializado para pessoas com deficiências.

A pesquisa reflete o resultado apresentado pelo Estudo de Perfil de Turistas – Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2013) em que os clientes com deficiência que utilizam os serviços das agências declararam não perceberem um atendimento especializado e nem uma oferta de produto diferenciado.

Pode-se afirmar, com base nesses dados iniciais, que as empresas do setor atendem clientes com deficiência sem, entretanto, apresentar serviços ou produtos especializados.

Um exemplo de atendimento especializado e oferta de um produto destinado a pessoas com deficiência são as viagens marítimas ofertadas pela *Royal Caribbean*, abordados no Capítulo 2 – Turismo e Autismo, com a disponibilidade ao viajante com deficiência de itens como quartos com acessibilidade, *check in* exclusivo e opções nutricionais diferenciadas, dentre outros.

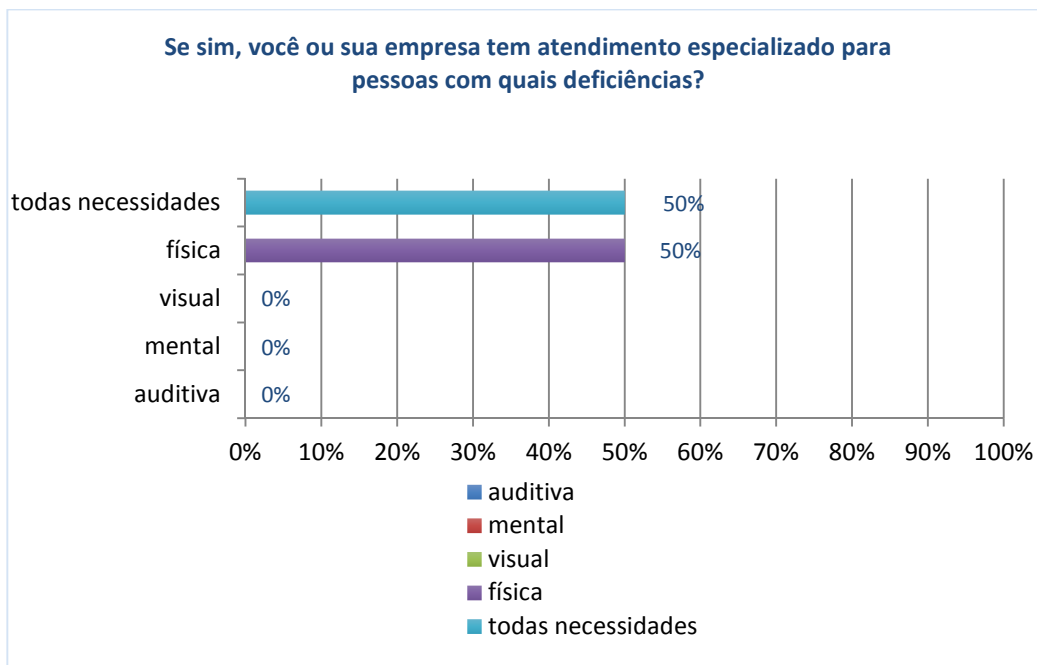
De acordo com o Estudo do Perfil de Turista – Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2013.) para uma operadora/empresa de turismo possa prestar um serviço ideal, três dimensões precisam ser consideradas:

(1) conhecer as especificidades de cada deficiência – limitações e potencialidades; (2) conhecer, do ponto de vista legal, todos os direitos das pessoas com deficiência e todos os seus deveres para com eles; (3) possuir algumas características pessoais e habilidades essenciais como ser atencioso, paciente, prestativo, ter iniciativa, ser educado, gentil, cordial (BRASIL, 2013, p. 34).

Conforme dito anteriormente, a coleta de dados e os conceitos apresentados nessa dissertação demonstram que há um grande nicho de mercado a ser explorado, com o atendimento e criação de produtos e serviços destinados exclusivamente a pessoas com autismo (estimadas em 1,18 milhão de habitantes) e de pessoas com deficiência (estimada em 45 milhões de habitantes) segundo censo IBGE – 2010.

Assim, o atendimento especializado a pessoas com deficiência passa a ser não somente uma necessidade, mas uma oportunidade de negócios com uma parcela de viajantes não atendidos por uma gama de produtos e serviços especializados para pessoas com deficiência.

3) Se sim, você ou sua empresa tem atendimento especializado para pessoas com quais deficiências?



Os dados da pesquisa demonstram que 50% das empresas pesquisadas tem atendimento especializado para pessoas com deficiências físicas e 50% atendem todas as pessoas com deficiência sem um atendimento especializado.

O fato de 50% dos profissionais de turismo afirmar que atendem pessoas com deficiência sem um atendimento especializado assemelha à conclusão do Estudo do Perfil de Turista – Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2013), de que “os operadores turísticos, atendentes e agências de viagens, na opinião dos participantes do estudo, não apresentam tratamento diferenciado”.

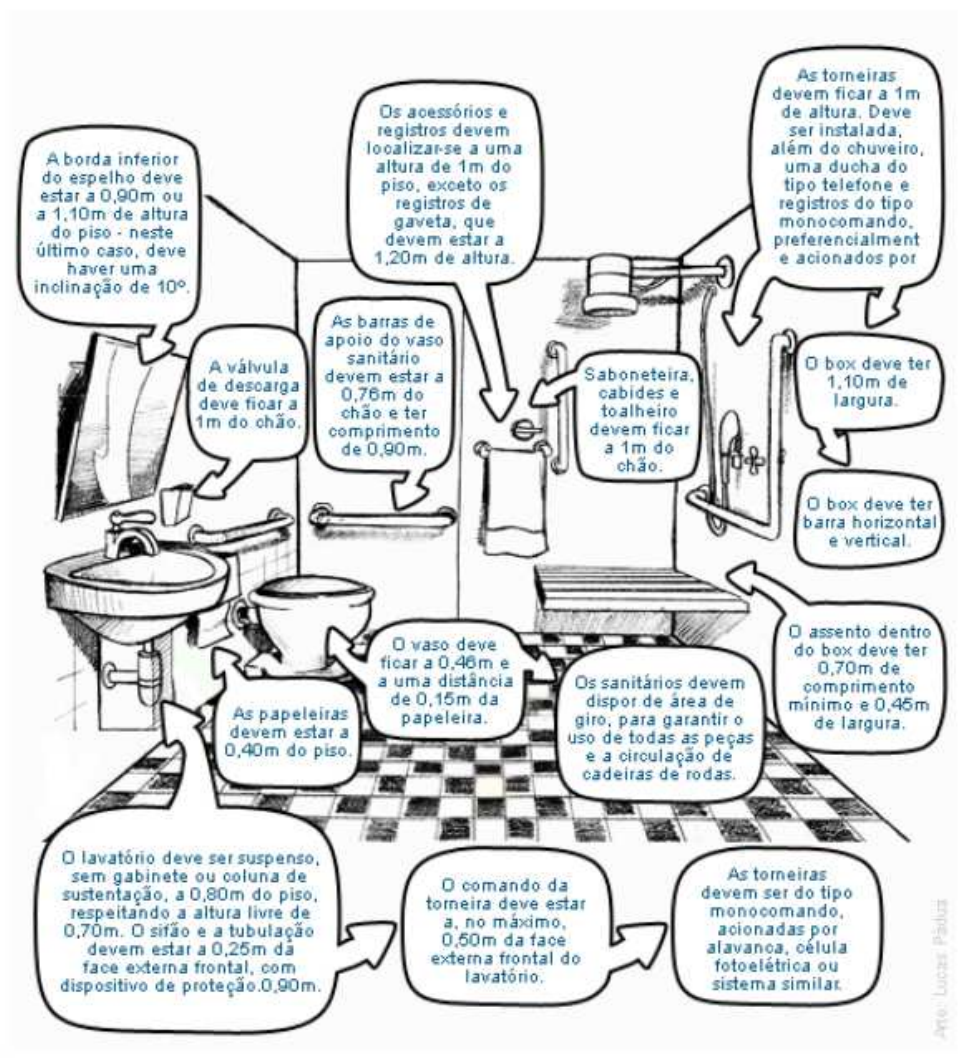
O Estudo também registra que na maioria dos casos, as empresas de turismo agem em relação às pessoas com deficiência como um cidadão comum, demonstrando não saber como lidar com a pessoa com deficiência.

Para o atendimento às pessoas com deficiência física, as empresas que atuam no setor devem levar em conta, na prestação de serviços e produtos turísticos, as orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e

do manual Turismo e Acessibilidade - Ministério do Turismo (2006), conforme alguns exemplos a seguir:

- Hospedagem: disponibilizar apartamento e/ou quarto e banheiros adaptados para pessoas com deficiência física, conforme as especificações Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT/NBR 9050 para banheiro adaptado, demonstrado na FIGURA 4 a seguir:

FIGURA 6 - Exemplo de banheiro adaptado - ABNT / NBR 9050.



Fonte: Turismo e Acessibilidade – (BRASIL, 2006).

- mobiliário de recepção e atendimento adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeiras de rodas,

conforme normas da ABNT; assentos de uso preferencial e prioritário.

- construção de rampas de acesso para pessoa com cadeiras de rodas.

Para as outras deficiências, o Manual orienta que o bem atender demanda atitudes e atendimento condizentes como:

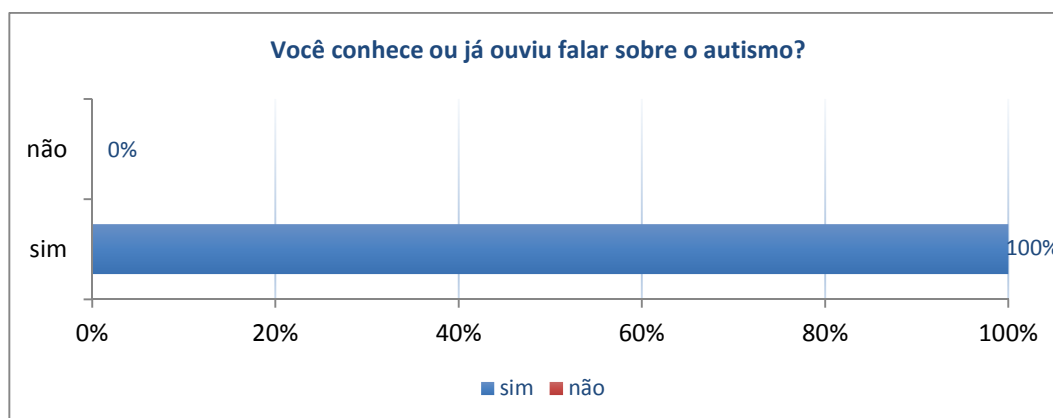
- Serviços de atendimento para pessoas com deficiências auditivas, prestados por pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – Libras; admissão de entrada e permanência de cão-guia junto de pessoa com deficiência;
- a pessoa com deficiência mental deve fazer sozinha tudo o que puder, devendo ser ajudada somente quando for necessário; cumprimentar a pessoa com deficiência mental normalmente, evitando superproteção; ao guiar uma pessoa com deficiência visual, dê-lhe o braço para a mesma possa acompanhar seu movimento. (BRASIL, 2006, p. 15).

Diante do exposto e conforme dito anteriormente, deve-se levar em conta o Estudo do Perfil de Turista – Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2013) que orienta as operadoras/empresas de turismo a prestar um serviço ideal, deve-se levar em conta três dimensões de conhecer as especificidades de cada deficiência, conhecer todos os direitos das pessoas com deficiência e todos os seus deveres e possuir características pessoais e habilidades essenciais para exercer um bom atendimento.

O manual do Ministério do Turismo (2006) recomenda que para pessoas com deficiência mental, o atendente deve tratar o viajante com essa deficiência da seguinte maneira: (1) cumprimentar o viajante evitando superproteção; (2) ajude-a quando realmente for necessário; (3) Não use expressões pejorativas; (4) Não trate o viajante adolescente ou adulto como criança; (5) Fale devagar e transmita

mensagens claras; (6) Evite comparações. Uma pessoa só pode ser comparada a ela mesma. (BRASIL, 2006).

4) Você conhece ou já ouviu falar sobre o Autismo?



Nesse quesito, a totalidade dos profissionais que trabalham com o turismo afirmou já ter ouvido falar sobre autismo. É fato que nos dias atuais, esse tema é abordado em vários canais de comunicação – jornais, revistas, televisão com acesso a toda a sociedade, o que, a priori, dissemina o conhecimento sobre o assunto.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o fato de ter conhecimento sobre o autismo não tem facilitado e permitido uma inclusão de forma natural, principalmente em razão das diferenças e desigualdades com as pessoas autistas e, de modo geral, com as pessoas com deficiências.

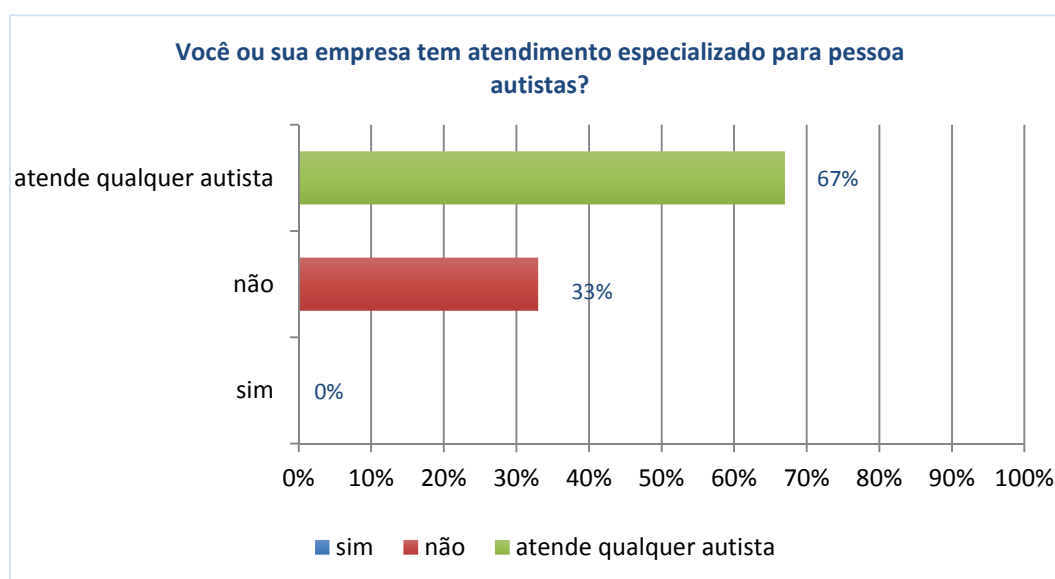
Segundo Bulgarelli (2008), lidar com as diferenças não é algo fácil. Se fosse fácil, não estaríamos produzindo tantas desigualdades em relações de toda ordem. Não é o conhecimento sobre o que é diferente que nos torna justos ou injustos em relação a ele.

Mas é preciso que as associações e ONGs ligadas ao assunto, governo e sociedade como um todo, continuem a divulgar e disseminar conhecimento e manter leis específicas sempre atualizadas como forma de alterar a visão

preconceituosa sobre o autismo, reduzindo o “olhar de diferença e desigualdade” que tanto prejudica as relações entre as pessoas com e sem essa síndrome.

De acordo com o Estudo do Perfil de Turistas – Pessoa com deficiência, o preconceito com o qual eles mais se deparam não tem como base a intolerância ao diferente. Hoje, segundo o Estudo, “o que impera é o desconhecimento, a falta de informação e capacitação. Isso não é menos grave que a intolerância, pois o não saber o que dizer o que fazer diante de uma pessoa com deficiência, faz com que as pessoas se tornem apáticas, inertes, indiferentes” (BRASIL, 2006. p. 59).

5) Você ou sua empresa tem atendimento especializado para pessoas autistas?



Os dados coletados demonstram que 67% dos profissionais de turismo pesquisados atendem viajante autista sem um atendimento especializado.

A pesquisa reflete o resultado apresentado pelo Estudo de Perfil de Turistas – Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2013. p.58) em que os clientes com deficiências que utilizam os serviços das agências declararam que não recebem atendimento especializado e nem oferta de produto diferenciado.

Nesse quesito, não foi registrada nenhuma resposta positiva, o que demonstra a dificuldade de encontrar um atendimento especializado em viagens para pessoas autistas.

Durante o trabalho de pesquisa, somente o *case* da *Royal Caribbean* apresentou um programa de atendimento exclusivo para viajantes autistas denominado *Adventure Ocean*, onde são oferecidos atendimento e serviços especiais para viajantes autistas como:

- Sessões de filmes apresentadas em um ambiente com luz baixa e volume reduzido, onde os hóspedes são estimulados a conversar e a andar livremente durante o filme;
- Programa de empréstimo de brinquedos próprios para autistas;
- Atividades próprias para crianças autistas;
- Opções nutricionais diferenciais no menu para os viajantes em caso de solicitação;
- Embarque e desembarque em separado e preferencial.

Diante do exposto na pesquisa, pode-se afirmar que empresas do setor podem atender clientes com autismo sem, entretanto, apresentar um atendimento, serviço ou produto especializado, ou até mesmo de forma indireta onde atendem seus familiares e acompanhantes e esses, sim, atendem as necessidades de viagem das pessoas autistas.

Como foi dito anteriormente, um direcionamento de produtos e serviços turísticos para pessoas autistas pode ser um novo nicho de mercado a ser desenvolvido, com o atendimento de uma população estimada em 1,18 milhão de habitantes (MELLO, ANDRADE, CHEN HO, DIAS. 2013).

O atendimento especializado a pessoas com deficiência passa a ser não somente uma necessidade, mas uma oportunidade de negócios com uma parcela

de viajantes não atendidos por uma gama de produtos e serviços especializados para pessoas com deficiência.

6) Você ou sua empresa trabalham com roteiros especializados para pessoas com deficiência?



Nesse quesito, a totalidade dos profissionais que trabalham com o turismo afirmou que não trabalham com roteiros especializados para pessoas com deficiência.

Conforme dito anteriormente, os dados refletem o resultado apresentado pelo Estudo de Perfil de Turistas – Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2013) onde os clientes atendidos por empresas de turismo declararam que não recebem atendimento especializado e nem oferta de produto diferenciado.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as empresas do setor atendem os clientes com deficiência sem, entretanto, apresentar um serviço ou produto especializado, o que resulta sinalizar a falta de empresas de turismo especializadas para o atendimento exclusivo de pessoas com deficiência.

Durante o trabalho de pesquisa na *internet*, foi identificada a agência de viagens Livre Mundi, de São Paulo que disponibiliza roteiros acessíveis e promove

a inclusão social para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida (sem a citação para outras deficiências). O foco da agência são pessoas com deficiência em São Paulo. Os roteiros disponibilizados são: praia – São Sebastião/SP; Campo – Campos do Jordão/SP; aventura – Socorro/SP e passeio de balão em Boituva/SP; carnaval – Rio de Janeiro/RJ.

Outra empresa identificada foi a Turismo Adaptado, de São Paulo, que prepara roteiros exclusivos para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Em visita ao sítio eletrônico da empresa, a Operadora Turismo Adaptado informa, também, que disponibiliza serviços e produtos turísticos acessíveis a outras agências de viagens para repasse a seus clientes com deficiência.

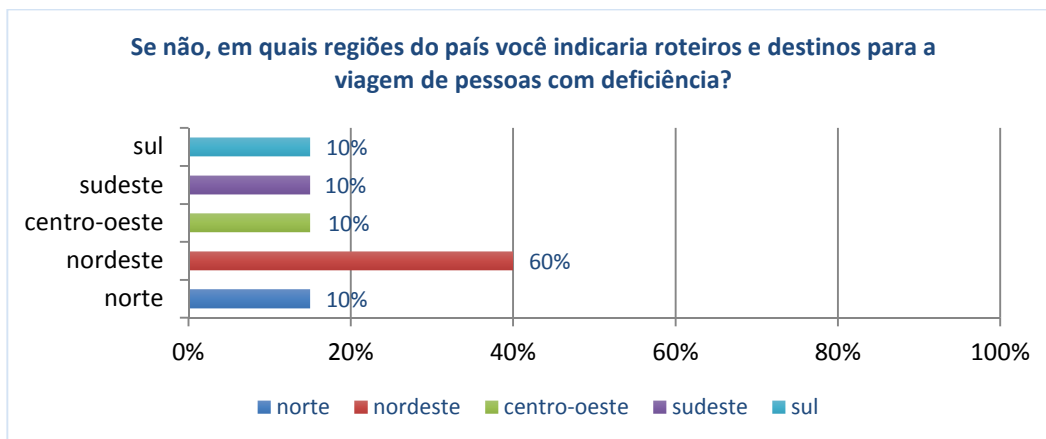
Conforme dito anteriormente, é uma oportunidade de realização de negócios para as empresas de turismo o direcionamento de produtos e serviços turísticos para pessoas autistas com o atendimento de uma população estimada em 1,18 milhão de habitantes (MELLO, ANDRADE, CHEN HO, DIAS. 2013).

7) Se sim, informe em quais regiões do país estão situados tais roteiros e destinos no Brasil.

Não houve resposta a essa questão, uma vez que 100% dos respondentes afirmou não trabalhar com roteiros especializados.

Todavia, a pergunta poderia ser respondida, por exemplo, com base nas informações da associação que congrega as empresas pesquisadas, a Associação Brasileira de Operadoras de Turismo – BRAZTOA, que em seu Anuário 2014, detalha o número de passageiros para destinos domésticos por região e suas preferências de viagens, que poderiam ser refletidas para as pessoas com deficiência.

8) Se não, em quais regiões do país você indicaria roteiros e destinos para a viagem de pessoas com deficiência?



As respostas a essa questão mostraram roteiros e destinos muito diversos para pessoas com deficiência, revelando, no entanto, o destaque dos respondentes para a região Nordeste.

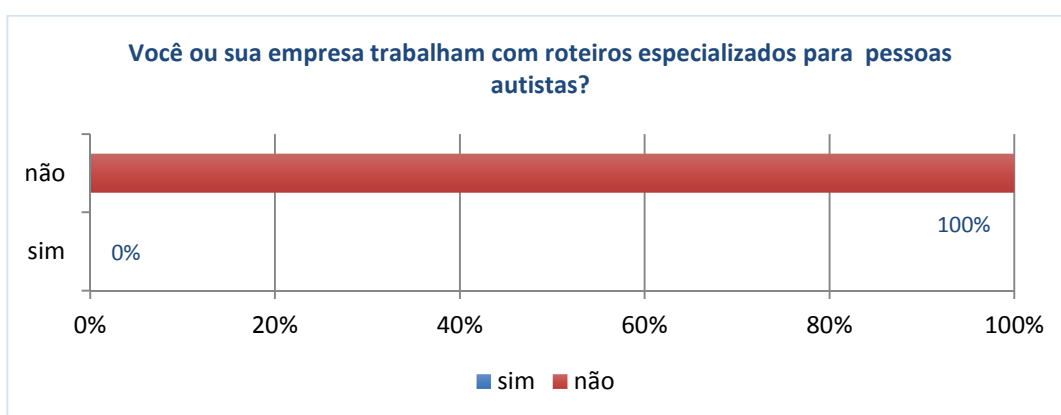
O destino com maior preferência foi o Nordeste, o que assemelha o desejo das pessoas, com deficiência ou não, pela região com o maior litoral do país com de 3.306 Km, cortado pela linha do Equador, o que propicia um maior tempo de sol e calor; e de grande demanda turística receptiva e com a segunda maior rede de hotéis e leitos do país, segundo o Ministério do Turismo (2014) com 219 mil leitos.

Conforme informado anteriormente, segundo a Associação Brasileira de Operadoras de Turismo – BRAZTOA, em seu Anuário 2014, ao detalhar o número de passageiros para destinos domésticos por região, ressalta o desempenho da região Nordeste, onde o número de passageiros saiu de 2,3 milhões de passageiros em 2012 para 2,7 milhões em 2013 mantendo-se como a região mais visitada do país (BRAZTOA, 2014).

Diante do exposto, pode-se afirmar que a preferência em viajar para um determinado local ou região passa por seus atrativos turísticos, independente do viajante possuir ou não algum tipo de deficiência. O que deve ser levado em conta, pelo profissional de turismo, é se o local ou região ofertado possui acessibilidade ou não.

O projeto Praia sem Barreiras (BRAZTOA, 2013) desenvolvido pela Empresa de Turismo de Pernambuco – EMPETUR é um bom exemplo de como facilitar o acesso de pessoas autistas e com outras deficiências em locais turísticos, e que pode ser estendido a diversas praias do Nordeste e de todo o país.

9) Você ou sua empresa trabalham com roteiros especializados para pessoas autistas?



Nesse quesito, a totalidade dos profissionais que trabalham com o turismo afirmou que não trabalham com roteiros especializados para pessoas autistas.

Conforme dito anteriormente, os dados refletem o resultado apresentado pelo Estudo de Perfil de Turistas – Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2013) onde os clientes atendidos por empresas de turismo declararam que não recebem atendimento especializado e nem oferta de produto diferenciado.

Perante o fato apresentado, pode-se afirmar que o resultado apresentado é semelhante ao oferecimento de roteiros para pessoas com deficiência (pergunta seis), o que resulta a falta de interesse das empresas de turismo em elaborar serviços e produtos especializados para o atendimento a esse nicho de mercado, estimado em 1,18 milhão de pessoas com autismo no Brasil.

O atendimento especializado de pessoas autistas passa a ser não somente uma necessidade, mas uma oportunidade de negócios para uma parcela de viajantes não atendidos por uma gama de produtos e serviços turísticos.

Durante o trabalho de pesquisa, foi relatado o case da Royal Caribbean que apresenta o programa de atendimento exclusivo para viajantes autistas denominado Adventure Ocean, onde são oferecido atendimento e serviços especiais para viajantes autistas.

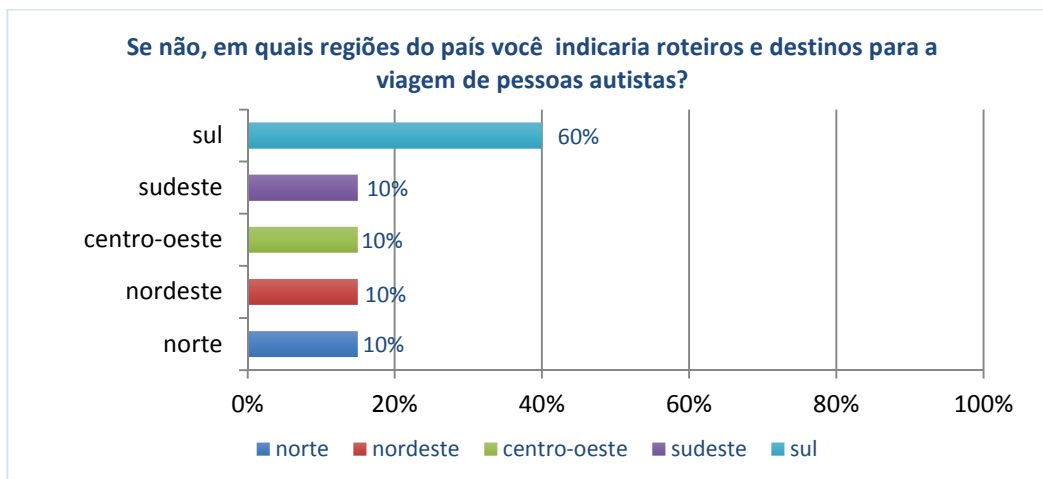
Outra empresa identificada foi a Turismo Adaptado, de São Paulo, que prepara roteiros exclusivos para pessoas com deficiência, sem especificar roteiros exclusivos para pessoas autistas.

10) Se sim, informe em quais regiões do país estão situados tais roteiros e destinos no Brasil.

Não houve resposta a essa questão, uma vez que 100% dos respondentes afirmou não trabalhar com roteiros especializados.

Todavia, a pergunta poderia ser respondida, por exemplo, com base nas informações da associação que congrega as empresas pesquisadas, a Associação Brasileira de Operadoras de Turismo – BRAZTOA, que em seu Anuário 2014, detalha o número de passageiros para destinos domésticos por região e suas preferências de viagens, que poderiam ser refletidas para as pessoas com deficiência.

11) Se não, em quais regiões do país você indicaria roteiros e destinos para a viagem de pessoas autistas?



Os dados demonstram que os roteiros e destinos indicados pelas empresas para a viagem de pessoas autistas, foram diversificados, com destaque para a região Sul.

Há uma discrepância entre os dados da pesquisa e o Estudo do Perfil de Turistas – Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2013), que identificou uma diversificação dos respondentes em relações a visitação de cidades turísticas em todo o país. No estudo, quando questionado a experiência turística dos respondentes, foram citadas 45 cidades sendo 91% – 41 cidades, localizadas nas regiões Centro-oeste, Nordeste e Sudeste, ou seja, apenas três cidades da região Sul (10%) foram citadas.

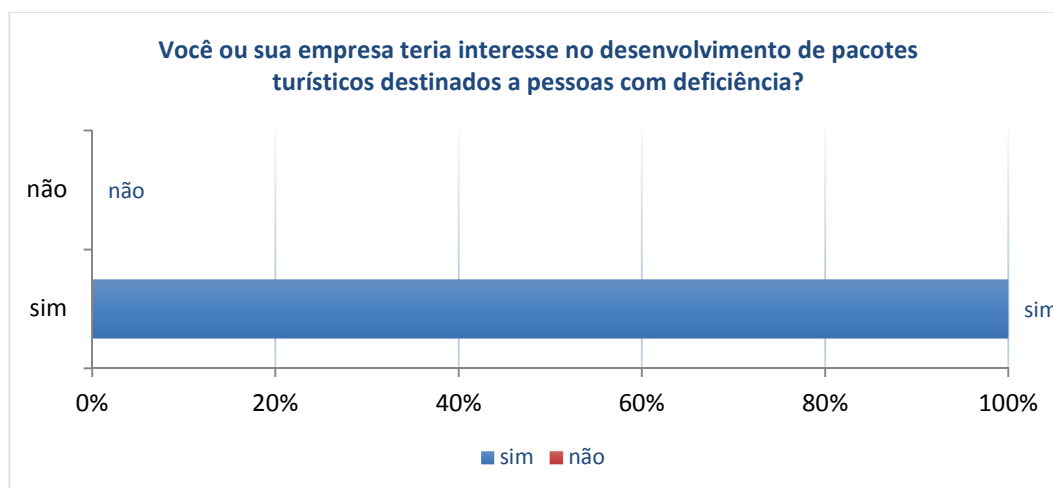
O estudo apresenta a cidade de Curitiba entre as cinco melhores cidades com acessibilidade para pessoas com deficiência (as demais cidades apontadas foram Rio de Janeiro, São Paulo, Socorro e Recife) o que pode ser um atrativo turístico para a capital paranaense.

O estudo também afirma que, “acessibilidade é muito importante, mas há momentos em que o desejo ou a necessidade de ir a um determinado local faz com que a acessibilidade deixe de ter papel decisório na escolha pelo destino e a pessoa com deficiência acaba por enfrentar todas as dificuldades, limitações e

constrangimentos.” De acordo com os respondentes do Estudo do Perfil de Turistas – Pessoas com Deficiência foi identificado que “a escolha dos turistas com deficiência considera: preços competitivos, existência de locais com aspectos históricos e culturais interessantes e singulares, gastronomia típica, paisagens raras e diferentes (neve, praias maravilhosas), entre outros”. (BRASIL, 2013, p.27).

Diante do exposto, pode-se afirmar que na intercessão entre acessibilidade e grau de atratividade do local a ser visitado, seja ele no sul ou norte do país, verifica-se a importância do local em contar com pessoas receptivas, gentis, hospitaleiras e educadas, pois muitas dificuldades podem ser contornadas, de modo satisfatório, quando alguém com tais características está por perto para atender bem ao viajante com deficiência.

12) Você ou sua empresa teria interesse no desenvolvimento de pacotes turísticos destinados a pessoas com deficiência?



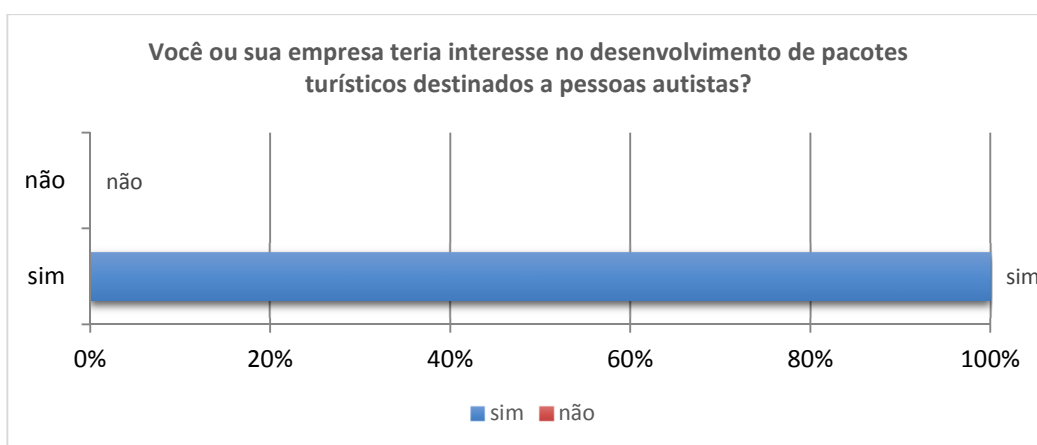
Nesse quesito, a totalidade dos profissionais que trabalham com o turismo afirmou que teriam interesse no desenvolvimento de pacotes turísticos destinados a pessoas com deficiência.

Todavia, há uma discrepância, pois entre os mesmos respondentes, houve unanimidade em relação a falta de pacotes destinados a pessoas com deficiência (pergunta nove).

Como foi dito anteriormente, há um grande nicho de mercado a ser desenvolvido, com o atendimento e criação de produtos e serviços destinados para pessoas com deficiência, população estimada em 45 milhões de habitantes, segundo o censo IBGE 2010.

O atendimento especializado de pessoas com deficiência passa a ser não somente uma necessidade, mas uma oportunidade de negócios para uma parcela de viajantes não atendidos por uma gama de produtos e serviços turísticos.

13) Você ou sua empresa teria interesse no desenvolvimento de pacotes turísticos destinados para pessoas autistas?



Nesse quesito, a totalidade dos profissionais que trabalham com o turismo afirmou que não trabalham com roteiros especializados para pessoas autistas.

O resultado tem semelhança com a pergunta anterior, o que demonstra da necessidade do trade turístico em atender e criar produtos destinados a pessoas autistas.

Conforme dito anteriormente, é uma oportunidade de realização de negócios para as empresas de turismo o direcionamento de produtos e serviços turísticos para pessoas autistas com o atendimento de uma população estimada em 1,18 milhão de habitantes (MELLO, ANDRADE, CHEN HO, DIAS. 2013).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados para esta dissertação basearam-se na relação entre os diversos conceitos sobre autismo, turismo, inclusão e cidadania.

Buscou-se demonstrar como a ação de viajar pode melhorar a vida de pessoas com deficiência, particularmente aquelas com limitações mentais.

O trabalho não teve a pretensão de trazer contribuições *revolucionárias*, mas de discutir e chamar a atenção para a inclusão do viajante autista no contexto do turismo, avaliando conceitos de acessibilidade, deficiência, diferenças e inclusão. Como dito anteriormente, a presente pesquisa é um trabalho acadêmico pioneiro a tratar a relação entre autismo, inclusão e turismo.

Para elucidar os caminhos da questão de pesquisa, os estudos concentraram-se em levantar a legislação sobre acessibilidade, particularmente para pessoas autistas; buscar informações sobre a oferta turística existente para pessoas autistas no Brasil; e levantar informações sobre os reflexos do turismo no cotidiano das pessoas autistas.

Com o objetivo de responder qual a contribuição do turismo para a vida de uma pessoa autista foram elaborados questionários destinados a pessoas físicas e profissionais do setor turístico,

Com relação à possível contribuição do turismo para a vida de uma pessoa autista, os resultados obtidos junto às pessoas físicas -, familiares de pessoas autistas, e profissionais de diversas áreas - fonoaudiólogos, médicos, pedagogos, psicólogos, professores e outras profissões, podem ser sistematizados como a seguir:

- a) O autismo ainda é visto como um mistério, apesar do crescente número de estudos em relação às suas causas e tratamentos disponibilizados na mídia ou na literatura específica. Esse quase desconhecimento da síndrome não tem facilitado ou permitido uma inclusão de forma natural, principalmente em razão das diferenças e

desigualdades com as pessoas autistas e, de modo geral, com as pessoas com deficiências.

- b) Conviver e conhecer as pessoas autistas pode facilitar a aceitação da diferença, mas não se pode afirmar, com base nos resultados obtidos, se tal aceitação facilita a inclusão social das pessoas com essa deficiência.
- c) Necessidade de se utilizar em maior escala as diversas mídias para a comunicação e o repasse de informações sobre roteiros turísticos com acessibilidade para pessoas autistas.
- d) Necessidade de maior ação por parte dos diferentes órgãos – governo, *trade* turístico, a incentivar Operadores de Turismo e Agências de Viagens na criação de roteiros e serviços turísticos voltados para pessoas autistas e outras deficiências.
- e) Tratar de forma igual o viajante autista é reconhecer suas necessidades de viagem, ofertando-lhe atendimento especializado, entrada em locais turísticos com prioridade, respeitando sua deficiência.
- f) As práticas de viagens, tanto na esfera objetiva – lazer -, quanto na esfera subjetiva – busca pela inserção social -, propiciam aumento da qualidade de vida dos viajantes, sejam pessoas com deficiência ou não.
- g) Necessidade de maior divulgação das políticas públicas e ações de inclusão para pessoas com autismo.

Com relação à possível contribuição do turismo para a vida de uma pessoa autista, os resultados obtidos junto aos profissionais de turismo com tipologia de Operadores de Turismo - empresas que criam produtos e serviços e os repassam às Agências de Viagens e em alguns casos, a clientes finais, podem ser sistematizados como a seguir.

- a) As empresas do setor podem atender clientes com autismo sem, necessariamente, apresentar serviços ou produtos especializados, desde que possam atender os familiares e acompanhantes e esses, sim, atenderiam as necessidades de viagem das pessoas autistas.
- b) Há um grande nicho de mercado a ser explorado, com o atendimento e criação de produtos e serviços destinados exclusivamente a pessoas com autismo (estimadas em 1,18 milhão de habitantes) e de pessoas com deficiência (estimadas em 45 milhões de habitantes), segundo censo IBGE – 2010.
- c) O atendimento especializado a pessoas com deficiência passa a ser não somente uma necessidade, mas uma oportunidade de negócios com uma parcela de viajantes não atendidos por uma gama de produtos e serviços especializados para pessoas com deficiência.
- d) As empresas de turismo agem em relação às pessoas com deficiência como se lidassem com cidadãos comuns, demonstrando não saber lidar com a pessoa com deficiência.
- e) As operadoras/empresas de turismo que desejem prestar um serviço ideal para pessoas com deficiência, devem procurar conhecer as especificidades de cada deficiência; os direitos das pessoas com deficiência e possuir características pessoais e habilidades essenciais para exercer um bom atendimento.
- f) A preferência em viajar para um determinado local ou região passa por seus atrativos turísticos, independente do viajante possuir ou não algum tipo de deficiência. O que

deve ser levado em conta, pelo profissional de turismo, é se o local ou região ofertado possui acessibilidade ou não.

- g) Na intercessão entre acessibilidade e grau de atratividade do local a ser visitado, seja ele no sul ou norte do país, verifica-se a importância do local em contar com pessoas receptivas, gentis, hospitaleiras e educadas, pois muitas dificuldades podem ser contornadas, de modo satisfatório, quando alguém com tais características está por perto para atender bem ao viajante com deficiência.

Esta pesquisa confirma o disposto na Introdução do Manual de Acessibilidade da EMBRATUR de que é fundamental “adequar os produtos e serviços que formam a cadeia produtiva na indústria turística às necessidades objetivas e imediatas de segmentos específicos da população que, por razões diversas, ainda sofrem limitações para a prática do turismo (EMBRATUR, 2006).

Por fim, com os dados apresentados na pesquisa, é possível identificar ações e atitudes no atendimento ao viajante autista, com base na referência bibliográfica utilizada e nas respostas recebidas com a aplicação dos questionários.

<i>Ações e atitudes benéficas e prejudiciais ao viajante autista</i>		
<i>itens</i>	<i>Benéficas</i>	<i>Prejudiciais</i>
1	Ser atendido com empatia por atendente com treinamento específico sobre o distúrbio	Ser vítima de <i>bullying</i> e outros tipos de abuso, por profissionais do setor de turismo em razão da sua dificuldade em comunicar-se.
2	Ter preferência na entrada de pontos turísticos	Hospedar-se em locais com música ou ruídos em volume alto
3	Ter lugar reservado em transporte rodoviário, ferroviário e aéreo	Hospedar-se em locais com grandes ventiladores pois tais equipamentos causam desatenção por causa do seu movimento circular repetitivo
4	Ter preferência no <i>check in</i> em hotéis, portos, rodoviárias e aeroportos	Hospedar-se em locais com fortes estímulos olfativos, como cheiro de tinta ou solventes que podem causar irritação e agressividade

5	Frequentar ambientes de hospedagem com redução de ruídos, isolamento acústico e diminuição de ecos	Ser atendido com palavras muito técnicas ou com pouca objetividade
6	Frequentar locais de hospedagem que possam disponibilizar equipamentos e dispositivos de apoio a escrita como <i>tablet</i> e <i>notebooks</i>	Ser atendido com agressividade e utilização de voz alta
7	Visualizar figuras e símbolos que ilustrem as explicações verbais em espaços turísticos	Ser exposto a atividades a que não está acostumado em sua rotina, tipo: festas temáticas em hotéis e cruzeiros marítimos
8	Estar isento do pagamento da entrada em visita a pontos turísticos	Visitar locais turísticos que possam expressar medo aos viajantes, tipo: visitação de parques com trem-fantasma, festas com temática de terror em cruzeiro marítimo
9	Manter contato com outros viajantes com supervisão/apoio de um profissional ou familiar com objetivo de socialização	Hospedar-se em locais com forte intermitência de luz derivadas de lâmpadas ou iluminação fluorescente
10	Participar de programas de atividades em hotéis ou cruzeiros marítimos que sejam rotineiros pois a sequência de eventos tranquiliza e dá segurança ao viajante	Viajar sem o seu acompanhante costumeiro de viagens, exceto se já viaja sozinho

Fonte: Elaborado pelo autor - 2015

Esta pesquisa também indica a necessidade de continuidade de estudos, e desafios ao pesquisador para que utilize o turismo como um fator de inclusão da pessoa autista ou com outras deficiências, com base nas múltiplas e ricas relações que a atividade pode proporcionar. O autor pretende:

- a) Criar uma Agência de Viagens destinada a produtos e serviços para pessoas com deficiência.
- b) Criar de um *blog* que aborde o assunto de forma a auxiliar viajantes com autismo e outras deficiências.
- c) Acompanhar viajantes com deficiência em viagens no Brasil e a outros países (projeto em andamento em razão da solicitação de um respondente dos questionários apresentados na dissertação).

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM IV TR**. Tradução de Cláudia Dornelles. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

ALMEIDA, Marco Antônio Bettine. GUTIERREZ, Gustavo Luis. MARQUES, Renato. **Qualidade de Vida**. São Paulo: Edições EACH, 2012.

AMORIM, Letícia Calmon Drummond. **O que é Síndrome de Asperger**. Artigo publicado pela AMA - Associação dos Amigos do Autista. 2012.

BARRETO, Margarida. **Anuário de Pesquisa do Programa de Mestrado em Turismo 2006**. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

BENI, Mario Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1998.

BRASIL – **Turismo e Acessibilidade**. Manual de orientações. 2º Edição. Brasília: Ministério do Turismo. 2006.

BRASIL – **Estudo do Perfil de Turistas – Pessoa com Deficiência – Documento Técnico**. 2013.

BRASIL – **Turismo Acessível: Introdução a uma Viagem de Inclusão**. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo. 2009.

BRASIL – **Turismo Acessível: Mapeamento e Planejamento do Turismo Acessível nos Destinos Turísticos**. Volume II. Brasília: Ministério do Turismo. 2009.

BRAZTOA – **Anuário Braztoa 2014** – São Paulo, 2014

BRAZTOA – **Melhores Práticas de Turismo Sustentável – Coletânea dos cases vencedores do 2º Prêmio Braztoa de Sustentabilidade** – Edição 2013 – São Paulo, 2013.

BRIZOLA, Tânia. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**

- BULGARELLI, Reinaldo. **Diversos Somos Todos**. São Paulo: Cultura, 2001.
- BRASIL – **Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência** - Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed. Brasília, 2010.
- COSTA, Patrícia Teodolina Gonçalves e Silva. **O Fantástico Mundo Autista**. Salvador: Câmara Brasileira do Livro, 2013.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão – Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO – **Direito das Pessoas com Autismo**. 1º Edição. São Paulo, 2011.
- ETHOS, Instituto. **Perfil Social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. Pesquisa 2007. São Paulo, 2007.
- GARCIA FILHO, Argemiro de Paula. MACIEL, Marlene Martins – **Acessibilidade para alunos com autismo – AFAGA – Associação de Familiares e Amigos da Gente Autistas – Salvador, 2008**.
- GASTAL, Susana. **Turismo, Investigação e Crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.
- GERHARDT, Tatiana Engel. SILVEIRA, Denise Tolfo – **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre – UFRGS Editora, 2009.
- GOMES, Christianne L. ELIZALDE, Rodrigo – **Horizontes latino-americanos do lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- KLIN, A. **Autismo e Síndrome de Asperger: Uma visão Geral**. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 28, 2006.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.
- LORD, C.; RUTTER, M. **Autism and Pervasive Developmental Disorders**. In: RUTTER, M.; TAYLOR, E.; HERSOV, L. (Ed.). **Child and Adolescent**

Psychiatry Modern Approaches. 3rd Ed. Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1994.

MELLO, Ana Maria S. R. de. ANDRADE, Maria América. CHEN HO, Helena. SOUZA DIAS, Helena de – **Retratos do Autismo no Brasil.** 1^a Edição São Paulo: Secretária dos Direitos Humanos. 2013.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MOESCH, Marutschka. **A produção do Saber Turístico.** São Paulo: Contexto, 2000.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** São Paulo: Editora Sulina, 2011.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo – O que os pais devem saber?** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

REGULES, Maria Paula Patrone. CAVALCANTI, Paloma Albino Borba. TIBÉRIO, Wellington. SILVA, Vanessa Cerqueira. **Ética, Meio Ambiente e Cidadania para o Turismo.** São Paulo. Câmara Brasileira do Livro. 2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTINI, Heloisa. **Significados da Prática do Turismo para Portadores de Esclerose Múltipla em seu tempo de lazer.** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2006.

SILVA, Lucy. CONRADO, Regina Mara. **Experiências e Dinâmicas de Inclusão – Um olhar comprometido e afetivo.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

SUASSUNA, Dulce. AZEVEDO, Aldo Antônio, organizadores. **Política e Lazer: interfaces e Perspectivas.** Brasília: Thesaurus, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais – A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

ULISSES Costa. **Autismo no Brasil, um grande desafio!** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

URRY, John. **O olhar do Turista – Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

WILLIAMS, Chris. WRIGHT, Barry. **Convivendo com Autismo e Síndrome de Asperger**. São Paulo: MBooks. 2012.

Referências Eletrônicas

AMA – Associação dos Amigos do Autista. Disponível em <http://www.ama.org.br>, acesso em: 27abr14.

AMBITO JURÍDICO – Disponível em <http://www.ambito-jurídico.com.br> , acesso em 20fev15

DIREITO.NET – Disponível em <http://www.direito.net.com.br> acesso em: 22fev15

CAIXA – Turismo no Brasil – Patrimônio Cultural/CAIXA - Disponível em <http://www.caixa.gov.br> acesso em 28fev15

INFO ESCOLA – Disponível em <http://www.infoescola.com> acesso em 20fev15

LINGUA PORTUGUESA COM ACORDO ORTOGRÁFICO. Porto: Porto Editora, 2003-2015. Disponível na Internet; <[http://www.infopedia.pt/\\$observacao-participante](http://www.infopedia.pt/$observacao-participante)> Acesso em: 04nov14

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – Declaração de Salamanca – Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> acesso em: 28fev15

PALACIO DO PLANALTO – LEIS E DECRETOS – Disponível em
<<https://www.planalto.gov.br>> Acesso em 20fev15

PESSOA COM DEFICIÊNCIA – Disponível em
<<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br>> Acesso em: 20fev15

REVISTA AUTISMO – Disponível em <<http://www.revistaautismo.com.br>>
Acesso em: 08Set14

ROYAL CARIBBEAN – Disponível em <http://www.royalcaribbean.com.br>
acesso em 03mar15

Apêndice A – Diário da viagem com uma pessoa autista

Local da viagem

A viagem foi realizada em Minas Gerais entre as cidades de Belo Horizonte e Rio Acima, sendo, o trecho entre Belo Horizonte e Nova Lima realizado em transporte rodoviário e de Nova Lima a Rio Acima realizado em transporte ferroviário utilizando-se o “Trem das Cachoeiras”.

Motivo da viagem

O motivo da viagem foi em razão da observação de uma pessoa autista em uma viagem (foto 1). O relatório fará parte da formulação de trabalho de Mestrado em Turismo pela Universidade de Brasília. A escolha do roteiro foi em razão da novidade do roteiro de transporte ferroviário para todos os participantes da viagem.

FIGURA 7 – Foto do Viajante na estação de trem em Rio Acima/MG



Fonte: Luis Eduardo dos Santos Barros - 2014

Data da viagem

A viagem foi realizada no dia 14 de Dezembro de 2014.

Cidade de Belo Horizonte/MG

Belo Horizonte é um município brasileiro, capital do estado de Minas Gerais. Pertence à Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte e à Microrregião de Belo Horizonte. Com uma área de aproximadamente 330 km², possui uma geografia diversificada, com morros e baixadas, distando 716 quilômetros de Brasília, a capital nacional.

Cercada pela Serra do Curral, que lhe serve de moldura natural e referência histórica, foi planejada e construída para ser a capital política e administrativa do estado mineiro sob influência das ideias do positivismo, num momento de forte apelo da ideologia republicana no país. Sofreu um inesperado acelerado crescimento populacional, chegando a mais de 1 milhão de habitantes com quase 70 anos de fundação. Entre as décadas de 1930 e 1940, houve também o avanço da industrialização, além de muitas construções de inspiração modernista, notadamente as casas do bairro Cidade Jardim, que ajudaram a definir a fisionomia da cidade.

De acordo com a mais recente estimativa realizada pelo IBGE em 2013, sua população é de 2 479 175 habitantes, sendo o mais populoso município de Minas Gerais, o terceiro da Região Sudeste, depois de São Paulo e Rio de Janeiro, e o sexto mais populoso do Brasil. Belo Horizonte já foi indicada pelo Population Crisis Committee, da ONU, como a metrópole com melhor qualidade de vida na América Latina e a 45^a entre as 100 melhores cidades do mundo. Hoje a cidade tem o quinto maior PIB entre os municípios brasileiros, representando 1,33% do total das riquezas produzidas no país. Uma evidência do desenvolvimento da cidade nos últimos tempos é a classificação da revista América Economia, na qual Belo Horizonte aparece como uma das 10 melhores cidades para fazer negócios da

América Latina em 2009, segunda do Brasil e à frente de cidades como Rio de Janeiro, Brasília e Curitiba.

A cidade é mundialmente conhecida e exerce significativa influência nacional e até internacional, seja do ponto de vista cultural, econômico ou político. Conta com importantes monumentos, parques e museus, como o Museu de Arte da Pampulha, o Museu de Artes e Ofícios, o Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, o Circuito Cultural Praça da Liberdade, o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, o Mercado Central e a Savassi, e eventos de grande repercussão, como o Festival Internacional de Teatro, Palco e Rua (FIT-BH), Festival Internacional de Curtas e o Encontro Internacional de Literaturas em Língua Portuguesa. É também nacionalmente conhecida como a "capital nacional dos botecos", por existirem mais bares per capita do que em qualquer outra grande cidade do Brasil.

Cidade de Rio Acima/BH

A 38 km de Belo Horizonte, a cidade de Rio Acima (foto 2) é conhecida por sua tranquilidade, simplicidade e belas paisagens. Localizado dentro da área de proteção ambiental APA Sul, o antigo arraial de Santo Antônio do Rio Acima, surgiu em 1736, com a descoberta de ouro e pedras preciosas.

FIGURA 8 – Foto do Centro de Rio Acima/MG



Fonte: Luis Eduardo dos Santos Barros - 2014

Em 1831 o arraial de Rio Acima recebeu a visita do ilustre casal imperial, Dom Pedro I e Dona Leopoldina que foram recebidos pelo vigário e clérigos da freguesia que debaixo do pálio conduziam-no cantando o “Te Deum” até a capela de Santo Antônio. Durante o dia, as festividades eram acompanhadas de vivas e fogos de artifícios, seguidos de um jantar onde se serviam carne grelhada, à vontade, e vinho. As casas, durante toda à noite foram bem iluminadas, por luzes de candeia e óleo de mamona. De manhã, ainda sob a influência das bebidas ingeridas na véspera da saída de Sua Majestade para seguir sua viagem, sentindo-se imensamente feliz ordenou que daquele dia em diante, Rio Acima seria obrigatoriamente incluída como lugar de pernoite das caravanas de Sua Majestade Dom Pedro I. Foi assinado o ato real que denominaria de Estrada Real, o caminho que seria utilizado pelas caravanas vindas do Rio de Janeiro e de Vila Rica, à Sabará.

As construções do município contam a história desse antigo arraial e entre elas estão o Curralinho, a Estação Ferroviária e as primeiras fábricas de cerâmica da cidade. Por isso, pensar no Arraial de Santo Antônio do Rio Acima é respirar a história de Minas.

A cidade ainda abriga as mais belas cachoeiras do estado, dentre elas estão - Véu da Noiva, a Cachoeira de Santo Antônio, a Cachoeira Tinta Roxa, Cachoeira do Mingu e a Cachoeira Chicadona, com 75 metros e grande volume d'água, o que a torna perfeita para a prática de esportes radicais como o rapel.

Em Rio Acima as festas típicas tem espaço garantido na agenda cultural da cidade. Entre as mais conhecidas estão o Festival da Goiaba, realizado no mês de março, onde o objetivo é promover a degustação de deliciosos quitutes, levar diversão aos visitantes e principalmente contar uma pouco da história da cidade através da culinária.

A Festa de Santa Luzia, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Dores são comemoradas ao longo das ruas iluminadas de Rio Acima. E para fechar com chave de ouro, o calendário festivo religioso, nada melhor que a festa de Santo Antônio, o padroeiro da cidade.

As margens da Estrada Real, Rio Acima é um dos 20 municípios que integram o Circuito do Ouro. Dono de um fabuloso acervo histórico e artístico, o

Circuito possui dois patrimônios da humanidade: Ouro Preto e o Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas.

Quem opta por desbravar o Circuito do Ouro, encontra-se envolto a história mineira. Pelas ruas, vilarejos, museus, sobrados, igrejas, centros culturais, fazendas, santuários, casarões, sítios arqueológicos e memoriais, o turista pode conhecer e reviver trechos da Inconfidência Mineira, Sedição de Vila Rica e Guerra dos Emboabas. O circuito ainda reserva a seus visitantes um coração natural, composto por cachoeiras, matas e lindas paisagens serranas.

“Trem das Cachoeiras”

Nos anos 70, o passeio entre BH e Rio Acima era uma festa. Diversas famílias passavam o final de semana nas cachoeiras próximas de Rio Acima.

Naquele tempo, pegava-se o trem na Praça da Estação em Belo Horizonte e depois de duas horas chegávamos à cidade das cachoeiras. O tempo passou, a ferrovia foi privatizada e os trens foram desativados.

Atualmente, não se chega mais a Rio Acima por este meio de transporte, mas quis o destino que a determinação e o amor de duas famílias voltassem com parte desta fantasia de nossas infâncias.

Há dois anos, as famílias Iglesias e Fernandes – famílias da região se uniram para restaurar uma Maria Fumaça e colocá-la novamente nos trilhos em um trecho que vai de Rio Acima a Nova Lima (foto 3).

Foi criado o Centro de Referência Ambiental e Turística, entidade particular que investiu todo o dinheiro e tempo na reativação deste percurso. Em contato com o Centro de Referência, não houve verba pública no projeto, mas a atual administração de Rio Acima, através do atual prefeito, tem dado apoio ao projeto.

FIGURA 9 – Foto do “Trem das cachoeiras”



Fonte: Luis Eduardo dos Santos Barros - 2014

O Trem Turístico Cultural de Rio Acima - TTC, eleito como “Trem das Cachoeiras” (foto 3) é uma locomotiva fabricada na Alemanha e antes de virar estrela no turismo em Rio Acima, puxava 30 vagões de cana de açúcar em uma usina de Timbó – Pernambuco. Hoje, segundo o site do CRAT – Centro de Referência Ambiental e Turística, a locomotiva está conectada a três vagões totalmente restaurados com a capacidade máxima é de 140 pessoas. Os carros de passageiros estão refinados com corrimão, portais, TV e grades para proteção dos motores do condicionador de Ar.

O “Trem das Cachoeiras” funciona aos sábados, domingos e feriados, com saídas às 10h, 13h, 14h30 e 16h, sendo a passagem custando R\$ 20,00 nos vagões comuns e R\$ 22,00 no vagão panorâmico.

O CRAT – Centro de Referência Ambiental e Turística também faz passeios programados para grupos, com no mínimo 30 pessoas, durante a semana. O percurso é de ida e volta, totalizando 7 quilômetros, passando por bairros e montanhas da cidade, mas não passa pelas principais cachoeiras (apenas a mais central, que necessariamente não necessita ir de trem). A seguir, foto do CRAT:

FIGURA 10 – Foto do Centro de Referência Ambiental e Turística em Rio Acima/MG



Fonte: Luis Eduardo dos Santos Barros - 2014

Segundo informou a chefe da Estação do “Trem das Cachoeiras”, está prevista a continuidade do roteiro até a cidade de Itabirito, na região de Ouro Preto.

Participantes

- Luis Eduardo – Pesquisador
- José de Barros Filho – Viajante
- Irene dos Santos Barros – Fonoaudióloga e Mãe do pesquisado
- Andréa Barros – Pedagoga com experiência em ensino para pessoas com deficiência. A seguir, fotos dos acompanhantes e o viajante:

FIGURA 11 – Foto com os participantes da viagem

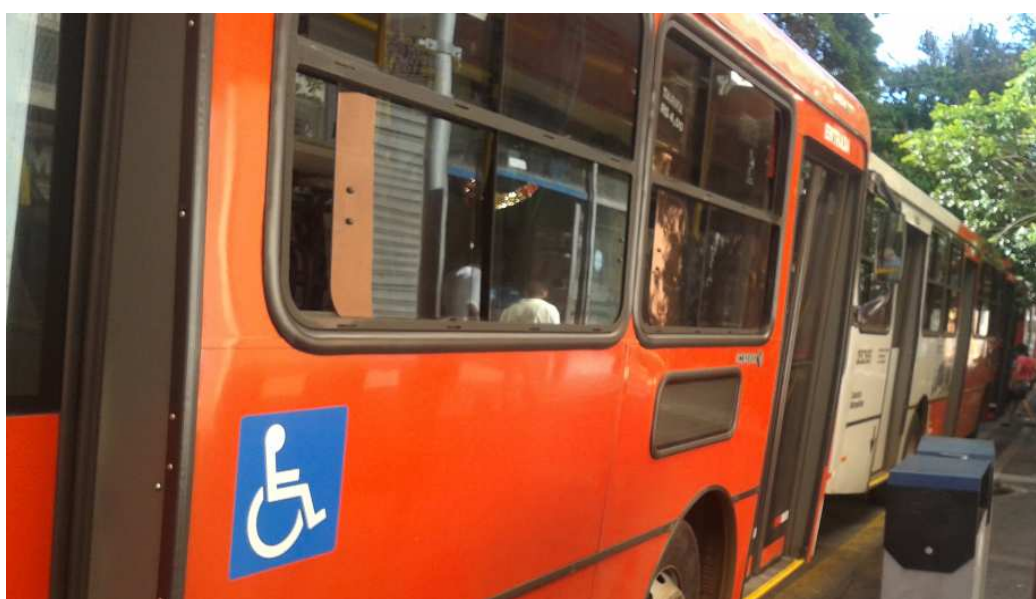


Fonte: Luis Eduardo dos Santos Barros - 2014

Viagem de Belo Horizonte/MG a Rio Acima/MG

Para o trecho citado, foi utilizado o transporte rodoviário por meio do ônibus 3838 – BH – Rio Acima, pertencente ao sistema do consorcio metropolitano da Grande BH, conforme foto a seguir:

FIGURA 12 – Foto do ônibus urbano Belo Horizonte – Rio Acima/MG



Fonte: Luis Eduardo dos Santos Barros - 2014

O embarque foi realizado em frente ao Shopping Popular Tupinambás, na Rua Rio Grande do Sul, Centro (foto 7). O valor da passagem foi de R\$ 4,80.

FIGURA 13 – Foto do ponto de embarque do ônibus urbano BH – Rio Acima/MG



Fonte: Luis Eduardo dos Santos Barros - 2014

Para a utilização do serviço, o pesquisado e a mãe acompanhante tiveram direito a passagem livre, com a apresentação de carteira específica para a liberação em transporte público, observando-se os benefícios dali nº 21.121 e Decreto Estadual nº 46.434, de 28/12/12 – Lei de Passe livre para idosos e pessoas com deficiência em viagens intermunicipais para a pessoa autista a ser observada.

Como o roteiro era novidade para os participantes, foram solicitada a funcionária do ônibus, informações sobre onde descer do ônibus para chegar à estação de trem em Rio Acima. A funcionária demonstrou desconhecimento do produto turístico “Trem das Cachoeiras”, mesmo informando possuir mais de 10 anos como moradora da cidade.

O trecho de BH a Rio Acima durou 1 hora de viagem. Durante a viagem, o pesquisado demonstrou interesse pelo visual, cheio de montanhas na região de

Nova Lima, cidade que fica entre BH e Rio Acima. Não demonstrou nenhum nervosismo, mas satisfação pela viagem.

Viagem Ferroviária em Rio Acima/MG

Ao chegarmos à Rio Acima, fomos para a estação de trem da cidade e, imediatamente, ao CRAT – Centro de Referência Ambiental e Turístico.

O CRAT congrega produtos de artesões locais e informações turísticas da região. Conversamos com a responsável pelo Centro que nos passou todas as informações necessárias.

Como já era hora do almoço (12h) o pesquisado informou estar com fome, fato que foi resolvido com um pequeno lanche em uma humilde mercearia local, pois o trem sairia às 13h.

Notou-se que a cidade tem um déficit de bons locais para alimentação e que os melhores restaurantes estavam longe do local de embarque.

Trazer um lanche de casa ajuda na alimentação pessoal.

Ao comprar os bilhetes na estação de trem, fomos informados que havia um desconto de 50% no passeio para pessoas com idade acima dos 60 anos e para P.N.E – Pessoas com necessidades especiais, incluindo-se o autismo.

Foi sugerida a viagem no vagão panorâmico em razão do ar condicionado.

Em contato com o chefe da estação local da presença de uma pessoa autista proporcionou a entrada antecipada no trem.

Aliás, a chefe de estação, Sra. Eliane, era formada em Psicologia de Turismo e tinha conhecimento em P.N.E -Pessoas com necessidades especiais.

Ela, inclusive, apresentou locais de instalação de cadeiras de rodas no trem para pessoas com mobilidade reduzida.

O embarque foi normal. O pesquisado escolheu o lado esquerdo do trem (fotos 8 e 9). Foi escolhido o vagão com ar condicionado, conforme orientação da funcionária da bilheteria, em razão do calor no dia.

FIGURA 14 – Foto do interior do “Trem das cachoeiras”.



Fonte: Luis Eduardo dos Santos Barros - 2014

Em velocidade extremamente baixa (em torno de 40 quilômetros/hora), a viagem foi tranquila. Foi servido ao pesquisado, lanche disponibilizado no trem (lanche pago).

FIGURA 15 – Foto do Interior do “Trem das cachoeiras”



Fonte: Luis Eduardo dos Santos Barros - 2014

Durante toda a viagem, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- a) Apresentação do histórico da cidade de Rio Acima, detalhes de trechos da viagem e detalhes técnicos do trem e da estação, inaugurada de 1890 (foto 10), informados pela chefe do trem.
- b) Apresentação de uma violinista com músicas mineiras e clássicas;
- c) Venda de lanches por um funcionário da companhia.

FIGURA 16 – Foto do viajante na estação de trem em Rio Acima/MG



Fonte: Luis Eduardo dos Santos Barros - 2014

Visão do turista pesquisado (Zezinho)

Conforme relatado no capítulo sobre a metodologia implementada na pesquisa, durante a viagem, foi entregue uma máquina fotográfica ao viajante observado para o registro da visão do turista autista durante a viagem.

As imagens geradas pelos diferentes olhares do turista passam a constituir um sistema de ilusões, fechado, que se autoperpetua e proporciona a esse turista uma base para que ele selecione e avalie os lugares potenciais que visitará. (URRY, 1996, p.23).

A seguir, as 7 (sete) fotos do viajante que registram a viagem à Rio Acima/MG:

FIGURA 17 – Mãe e Cunhada do pesquisado em Rio Acima/MG



Fonte: Viajante Zezinho - 2014

FIGURA 18 – Vista da janela do trem da vegetação de cerrado.



Fonte: Viajante Zezinho - 2014

FIGURA 19 – Vista da janela do trem da vegetação do cerrado



Fonte: Viajante Zezinho – 2014

FIGURA 20 - Vista da janela do trem da vegetação do cerrado.



Fonte: Viajante Zezinho - 2014

FIGURA 21 – Mochila do pesquisado.



Fonte: Viajante Zezinho - 2014

FIGURA 22 – Foto dos acompanhantes da viagem dentro do trem



Fonte: Viajante Zezinho - 2014

FIGURA 23 – Foto de criança passageira do trem.



Fonte: Viajante Zezinho - 2014

APÊNDICE 2 – PESQUISA DE MESTRADO SOBRE OFERTA TURÍSTICA PARA PESSOAS AUTISTAS - PESSOA JURÍDICA

PESQUISA DE MESTRADO SOBRE OFERTA TURÍSTICA PARA PESSOAS AUTISTAS – PESSOA JURÍDICA

Nome: _____ Data: ____/____/2015

Prezado(s)(as) Senhor(es)(as),

Tomo a liberdade de contatá-lo (la) para solicitar sua participação em pesquisa empírica desenvolvida como parte do programa de Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília.

Em síntese, o projeto de pesquisa busca estudar a oferta turística para pessoas autistas.

1. Ramo de atividade turística

Informe qual o ramo de atividade no turismo

Operadora Agência de Viagens

Receptivo

Outro: _____

2. Você ou sua empresa tem atendimento especializado para pessoas com necessidades especiais?

sim não

3. Se sim, você ou sua empresa tem atendimento especializado para pessoas com quais necessidades especiais?

Deficiência auditiva

Deficiência mental

Deficiência visual

Deficiência física

Atende qualquer pessoa com necessidades especiais sem um atendimento especializado.

4. Você conhece ou já ouviu falar sobre o Autismo?

sim não

5. Você ou sua empresa tem atendimento especializado para pessoas autistas?

sim não

Atende qualquer pessoa autistas sem um atendimento especializado.

6. Você ou sua empresa trabalham com roteiros especializados para pessoas com necessidades especiais?

sim não

7. Se sim, informe em quais regiões do país estão situados tais roteiros e destinos no Brasil.

Norte Nordeste Centro-oeste Sudeste Sul

Justifique:

8. Se não, em quais regiões do país você indicaria roteiros e destinos para a viagem de pessoas com necessidades especiais.

Norte Nordeste Centro-oeste Sudeste Sul

Justifique:

9. Você ou sua empresa trabalham com roteiros especializados para pessoas autistas?

sim não

10. Se sim, informe em quais regiões do país estão situados tais roteiros e destinos no Brasil.

Norte Nordeste
 Centro-oeste Sudeste Sul

Justifique:

11. Se não, em quais regiões do país você indicaria roteiros e destinos para a viagem de pessoas autistas?

Norte Nordeste Centro-oeste Sudeste Sul

Justifique:

12.Você ou sua empresa teria interesse no desenvolvimento de pacotes turísticos destinados a pessoas com necessidades especiais?

sim não

13.Você ou sua empresa teria interesse no desenvolvimento de pacotes turísticos destinados para pessoas autistas?

sim não

Grato pelas respostas!

**APENDICE 3 – PESQUISA DE MESTRADO SOBRE OFERTA TURISTICA
PARA PESSOAS AUTISTAS – PESSOA FÍSICA***PESQUISA DE MESTRADO SOBRE OFERTA TURISTICA PARA PESSOAS
AUTISTAS – PESSOA FÍSICA*

Nome: _____ Data: ____/____/2015

Prezado(s)(as) Senhor(es)(as),

Tomo a liberdade de contatá-lo(a) para solicitar sua participação em pesquisa empírica desenvolvida como parte do programa de Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília.

Em síntese, o projeto de pesquisa busca estudar a oferta turística para pessoas autistas:

1. Você conhece ou já ouviu falar sobre o Autismo? sim não**2. Você tem algum conhecido ou familiar com Autismo?** sim não**3. Você conhece agência de viagens com roteiros turísticos especializados para pessoas autistas?** sim não**4. Você já fez viagens com pessoas autistas?** sim não**5. Se sim, para quais regiões do Brasil você viajou?** Norte Nordeste
 Centro-oeste Sudeste Sul**6. Se não, quais as regiões do Brasil você acha que seria interessante para uma pessoa autista?** Norte Nordeste
 Centro-oeste Sudeste Sul

7. Você considera que as práticas de Turismo podem ajudar na inclusão social das pessoas com Autismo?

Práticas de Turismo - Viagens, hospedagens, passeios.

sim não não sei

Justifique:

8. Você considera que as práticas de Turismo podem ajudar na qualidade de vida das pessoas com Autismo?

Práticas de Turismo - Viagens, hospedagens, passeios.

sim
 não
 não sei

Justifique:

9. Você conhece políticas ou ações de inclusão para pessoas com Autismo?

sim não

10. Você considera que as atuais políticas públicas direcionadas às pessoas autistas podem ajudar em suas práticas de viagens?

sim não não sei opinar

Justifique:

11. Você conhece alguma lei destinada a atender pessoas autistas?

sim não

Se sim, qual lei você conhece?

Grato pelas respostas!

APÊNDICE 4 – Entrevista com o pesquisado

Nome do Pesquisador: Luis Eduardo dos Santos Barros

Objetivo: Registrar as sensações e percepções do significado de uma viagem para um pessoa autista.

PERGUNTA 1 – O QUE VOCÊ ACHOU DA VIAGEM?

RESPOSTA – *“Gostei muito!”*

PERGUNTA 2 – VOCÊ ESTÁ FELIZ DEPOIS DE TER VIAJADO CONOSCO?

RESPOSTA – *“Sim”.*

PERGUNTA 3 – VOCÊ QUER VIAJAR NOVAMENTE?

RESPOSTA – *“Quero.”*

PERGUNTA 4 – “VOCÊ GOSTOU DE TIRAR FOTOS NA VIAGEM?”

RESPOSTA – *“Gostei.”*

PERGUNTA 5 – VOCÊ QUER IR SOZINHO NA PRÓXIMA VIAGEM?

RESPOSTA – *“Não, vou com a mamãe!”*